



**Conferência Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo
Reuniões Ministeriais Setoriais
2011**



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011



Secretaría General
Iberoamericana

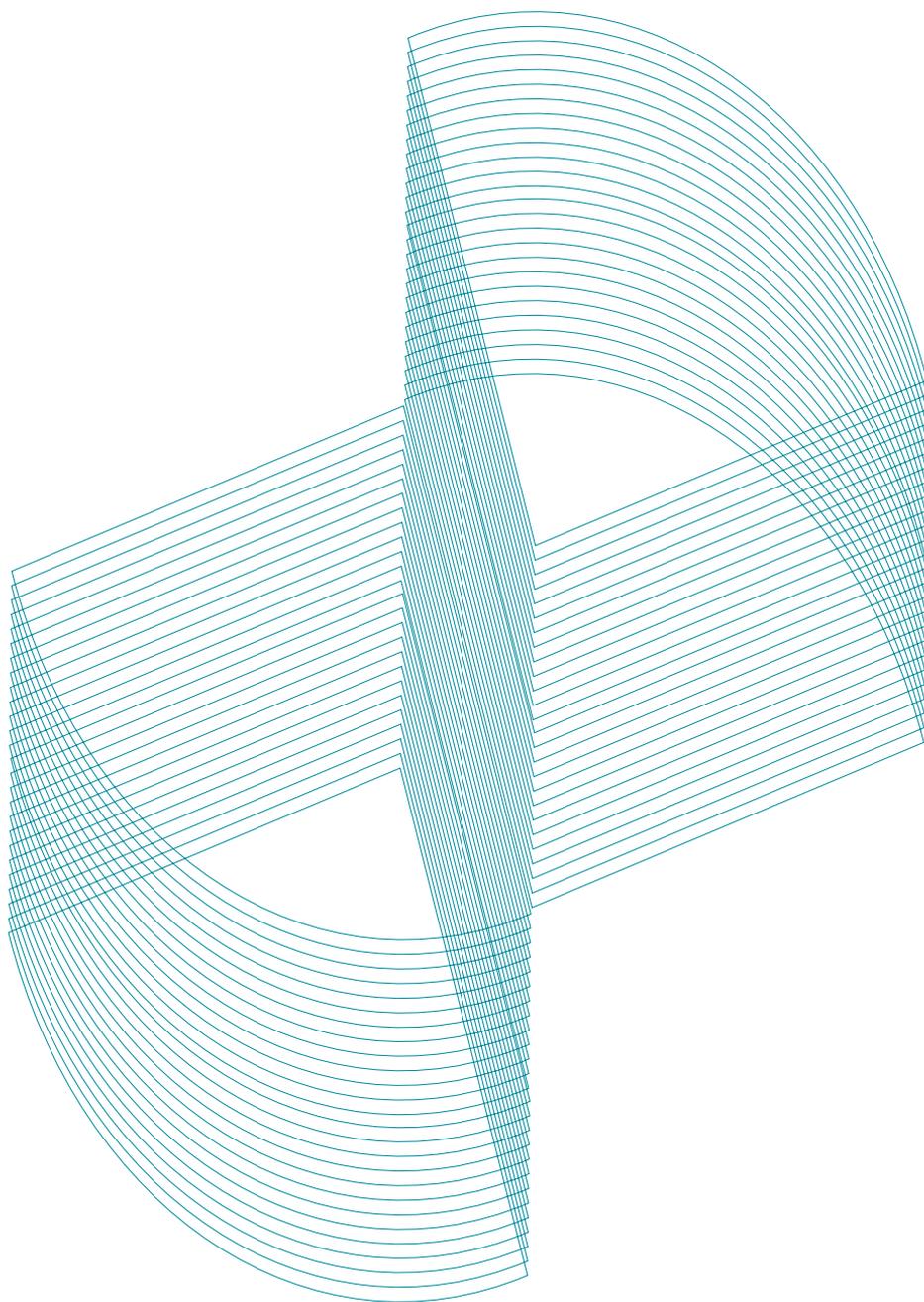
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Índice

INTRODUÇÃO	3
FICHAS TÉCNICAS E DECLARAÇÕES	8
◆ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	10
◆ CULTURA	19
◆ EDUCAÇÃO	25
◆ GÊNERO	31
◆ SAÚDE	37
◆ TURISMO	43
CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	47
ASSISTÊNCIA ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	50
QUADRO ESTATÍSTICO	
NOTAS AO QUADRO ESTATÍSTICO	
QUADRO HISTÓRICO DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA XI À XXI CIMEIRA	53
QUADRO DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	61

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Introdução



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Introdução

Por ocasião da **XXI Cimeira Ibero-Americana** celebrada no **Paraguai**, foram realizadas **seis Reuniões Ministeriais Setoriais**:

- **XI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo**
- **III Conferência Ibero-Americana de Gênero**
- **XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde**
- **XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado**
- **XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura**
- **XXI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação**

A **XI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo** celebrou-se no dia 18 de maio em Assunção, Paraguai, com o tema da Cimeira “Transformação do Estado e Desenvolvimento”. Participaram 19 países (10 Ministros, 7 Vice-ministros e 2 altos funcionários). Os Ministros consideraram necessário continuar a fortalecer a gestão do Estado com o objetivo de facilitar o desenvolvimento econômico, sustentável e social das populações, onde o turismo seja uma ferramenta fundamental para a erradicação da pobreza devido à sua natureza geradora de emprego e inclusão social. Neste sentido, os Ministros acordaram elevar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo que no processo de transformação e fortalecimento do Estado se inclua uma política turística transversal, como um elemento chave na formulação de políticas públicas a nível nacional e Ibero-Americano. Por outro lado, tendo em conta a celebração do Bicentenário da Independência em vários países da região concluíram que é importante refletir sobre a trajetória histórica da Ibero-América e sobre o papel do turismo como ferramenta chave para o enriquecimento cultural e o fortalecimento da identidade das nossas populações. Por fim, e em cumprimento dos acordos da X Conferência de Ministros do Turismo, apresentou-se a proposta de projeto para a criação de uma Rede Ibero-Americana de Formação em Turismo que será analisada por Espanha, Argentina e Brasil, para sua aprovação em 2012.

A **III Conferência Ibero-Americana de Gênero** celebrou-se em Assunção, Paraguai, com o tema “Gênero, Transformação do Estado e Desenvolvimento” nos dias 9 e 10 de Junho e contou com a participação de 13 países (13 Ministras e/ou altas autoridades dos Mecanismos de Avanço das Mulheres). Os aspetos mais relevantes da Declaração fazem parte dos parágrafos que propuseram elevar à XXI Cimeira de Chefes de

Estado e de Governo. Em concreto, reafirma-se o compromisso com a igualdade de oportunidades, os direitos das mulheres e o fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para mulheres elevados à mais alta hierarquia, de acordo com o contexto nacional, com orçamentos suficientes, como condição indispensável para que a transformação do Estado garanta a igualdade real entre homens e mulheres nos países da Ibero-América.

Neste sentido, as Ministras acordaram elevar à consideração das Chefes e dos Chefes de Estado e de Governo na XXI Cimeira Ibero-Americana, que a SEGIB, em conjunto com os governos da região, inicie as diligências necessárias para formular um Programa de Cooperação Ibero-Americana no quadro do Consenso de Brasília, adotado na XI Conferência Regional da Mulher da América Latina e Caribe (CEPAL 2010).

A XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde celebrou-se em Luque, Paraguai, no dia 10 de junho e contou com a participação de 16 países, e a presença de 3 Ministros/as e 6 Vice-Ministros/as. Os aspetos mais relevantes da Declaração fazem parte dos parágrafos que propuseram elevar à XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo e referem-se à obrigação dos Estados de garantir o exercício do direito à saúde, assegurando a universalidade nos cuidados, a equidade no acesso, a qualidade dos serviços e o financiamento suficiente e sustentável dos sistemas de saúde dos países, no quadro de um sistema de proteção social. Também se expressa o interesse em desenvolver instrumentos, identificar e intercambiar experiências e boas práticas em áreas tais como a construção de sistemas universais de saúde, o desenvolvimento e gestão de recursos humanos, os sistemas de informação e a aplicação das novas tecnologias.

A XIII Conferência de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado celebrou-se em Assunção, Paraguai, em 30 de junho e 1 de julho e contou com a participação de 18 países (7 Ministros, 7 Vice-Ministros, e 4 altos funcionários).

Os Ministros aprovaram o Relatório de Atividades da Escola Ibero-Americana de Administração Pública e o “Quadro para a Identificação Eletrônica Social Ibero-Americana” (como adenda à Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico).

Por outro lado, e em relação ao tema da Cimeira, os Ministros expressaram o seu compromisso para promover políticas e estratégias de mudança que facilitem o aprofundamento da transformação dos Estados Ibero-Americanos. Em concreto, adotaram-se os seguintes parágrafos para serem elevados à consideração da XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo:

- Consolidar os órgãos governamentais nacionais encarregados da máxima liderança das políticas de reforma e fortalecimento institucional da Administração Pública, da profissionalização da função pública ou serviço civil e a melhoria da gestão pública, dotando-os das competências, capacidades e recursos necessários para o cumprimento efetivo da sua missão.
- Promover os processos de participação dos funcionários na gestão pública e reconhecer a importância de espaços de intercâmbio entre agentes governamentais e funcionários públicos.
- Promover acordos políticos e sociais para a consolidação e continuidade dos processos de profissionalização dos funcionários públicos.
- Promover a igualdade de gênero e a elaboração de planos de igualdade e não discriminação na função pública.
- Reconhecer que os recursos destinados aos processos de reforma do Estado e da Administração Pública constituem um investimento útil e indispensável para a criação de valor público e para alcançar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável das sociedades ibero-americanas.

Por outro lado, os Ministros encomendaram ao CLAD:

- a promoção de um programa de formação sobre a participação dos cidadãos na Administração Pública;
- a criação de um programa regional de análise das administrações públicas na Ibero-América e a sua ligação às Cartas Ibero-Americanas;
- promover, através da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, processos de intercâmbio de experiências, inovação e boas práticas entre os Estados Ibero-Americanos;
- constituir uma Rede Ibero-Americana de Ética Pública com o objetivo principal de combater a corrupção na gestão pública através do intercâmbio de experiências.

A **XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura** celebrou-se sob o tema "Cultura e Governabilidade", em Assunção, Paraguai, no dia 2 de agosto, com a participação de 15 países (7 Ministros e/ou Máximas Autoridades de Cultura e 8 altos funcionários) e representantes de organismos regionais ibero-americanos (OEI, ATEI, CERLAC). Na reunião foram apresentados à consideração dos Ministros, o documento de reformulação do programa Iberbibliotecas, o projeto de programa Ibermúsicas, assim como o desenvolvimento das novas linhas de ação da Cooperação Cultural Ibero-Americana (Coesão Social, Diplomacia Cultural e PME Culturais) e os avanços dos programas Cimeira de Cooperação Cultural (Iberarchivos ADAI), Ibermuseos, Iberescena, Ibermedia, Iberorquestas, Iberrutas, RADII). Os Ministros reafirmaram o seu compromisso com os referidos programas, com o aprofundamento das ações

através da Carta Cultural Ibero-Americana e com a realização dos esforços necessários para conseguir, efetivamente, a atribuição às políticas culturais pelo menos 1% do orçamento geral de cada Estado, e solicitaram à SEGIB para trabalhar conjuntamente com os países para o desenvolvimento de um instrumento normativo internacional de proteção do patrimônio museológico.

A **XXI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação** celebrou-se em Assunção, Paraguai, no dia 26 de setembro e contou com a participação de 18 países (8 Ministros, 4 Vice-ministros e 6 altos funcionários).

Os Ministros, após considerarem que a Educação constitui um elemento de primeira ordem para o fortalecimento dos sistemas democráticos; um direito humano inalienável que os Estados devem assegurar; que a participação da cidadania é indispensável na construção e na execução das políticas públicas, incluindo as políticas educativas, e que é necessário que as mudanças educativas que as sociedades vivem sejam elevadas aos lugares onde se desenvolvem os processos de ensino e aprendizagem, envolvendo todos os setores que participam na tarefa da educação; e aprovaram os seguintes aspectos:

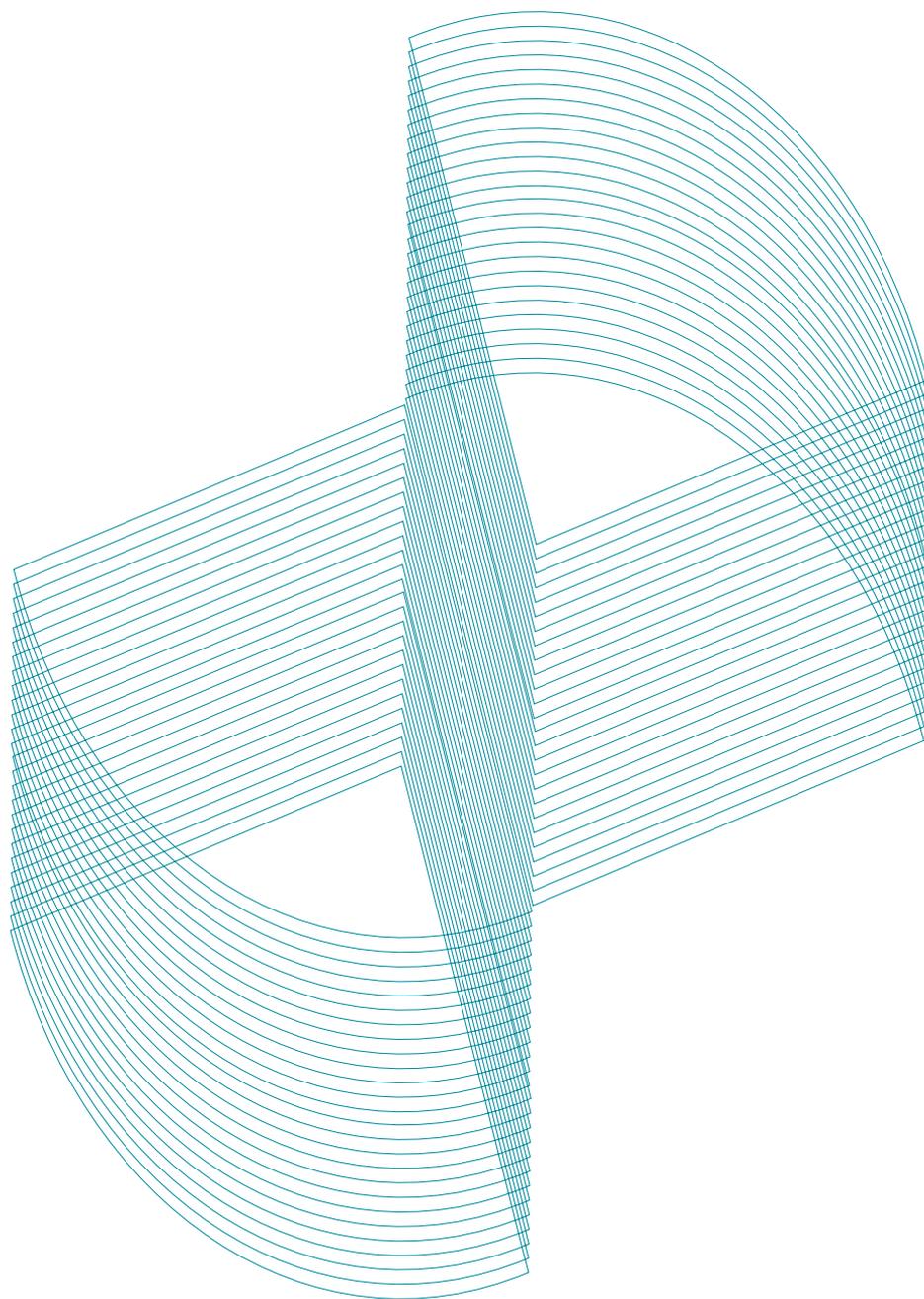
- Destacar a importância do primeiro relatório de avaliação do projeto Metas Educativas 2021.
- Fazer com que todos os Ministérios de Educação elaborem, pelo menos de uma forma bienal, um relatório nacional sobre a situação da educação no seu país, para o qual se solicitará a colaboração do BID.
- Reconhecer a valiosa contribuição realizada pelo Conselho Assessor das Metas Educativas e apoiar o seu fortalecimento, com o fim de assegurar uma maior participação de todos os movimentos sociais, instituições e associações sensíveis no referido projeto.

Por outro lado, e em relação ao tema da Cimeira, adotaram-se os seguintes parágrafos para serem elevados à consideração da XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo:

- Considerar de especial importância para o avanço do projeto Metas Educativas 2021 a iniciativa “Luzes para aprender” cujo objetivo é levar eletricidade através de painéis solares e dotar de computadores e ligação à internet todas as escolas ibero-americanas que ainda não têm, tratando ao mesmo tempo da formação dos professores, da sustentabilidade do projeto e do compromisso das Comunidades.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Fichas Técnicas e Declarações





Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Fichas Técnicas e Declarações

- ◆ Administração Pública e Reforma do Estado
- ◆ Cultura
- ◆ Educação
- ◆ Gênero
- ◆ Saúde
- ◆ Turismo

Ficha Técnica Administração Pública e Reforma do Estado 2011

Conferência:	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria da Função Pública			
Contacto:	José Tomás Sánchez	Website:	www.sfp.gov.py/sfp/
Cargo:	Chefe de Gabinete	Endereço:	Constitución, esq. 25 Mayo Assunção, Paraguai
E-correio:	gabinete@sfp.gov.py		
Telefone:	(595) 21 497308 / 492109 / 451 925		
Secretaria Técnica: CLAD - Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento			
Contacto:	Julio César Fernández Toro	Website:	www.clad.org
Cargo:	Secretário Geral	Endereço:	Av. Ppal Los Chorros, cruce con Av. 6 (Corao) A.P. 4181, Caracas Venezuela
E-correio:	fernandez.toro@clad.org		
Telefone:	(58-212) 270 9211		
Fax:	(58-212) 991 84 27		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	XIII Conferência, Assunção (Paraguai), 30 junho - 1º julho		
2010:	XII Conferência, Buenos Aires (Argentina), 1-2 julho		
2009:	XI Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
EIAPP Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas			

XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado

Assunção, Paraguai, 30 de Junho e 1º de Julho de 2011

CONSENSO DE ASSUNÇÃO

- ◆ Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero - América
- ◆ Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero - Americana
- ◆ Relatório de Atividades da Escola Ibero - americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)
- ◆ Resoluções e Acordos

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 30 de Junho e 1º de julho de 2011 em Assunção, Paraguai, sob a iniciativa do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), no marco da XXI Cimeira Ibero americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, com o apoio da Secretaria Pro-Témpore (SPT) e da Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB), e a organização do Governo do Paraguai, a cargo da Secretaria da Função Pública, se reuniram na **XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado**, a fim de debater e fazer contribuições substanciais aos governos involucrados, sobre os seguintes temas:

- a **Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero - América**, em relação ao tema que convoca a XXI Cimeira Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo “**Transformação do Estado e Desenvolvimento**”;
- o **Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero americana**;
- o relatório de atividades da **Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)**.

Com o propósito de incrementar as capacidades institucionais necessárias para assegurar a governança e a governabilidade democrática; a realização dos objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade; o respeito ao meio ambiente e à biodiversidade; a segurança pública; e a vigência plena do Estado de direito, promovendo a transformação das estruturas estatais e promovendo – com base nos avanços disponíveis nas TICs – a identificação eletrônica social; assim como a continuidade dos preceitos contidos nas Cartas Ibero americanas da Função Pública, de Qualidade, de Governo Eletrônico, de Participação Cidadã, e o Código Ibero americano de Bom Governo; e as atividades de formação da EIAPP.

Foi obtido consenso nas considerações enunciadas à continuação, concordando-se que as mesmas serão apresentadas na XXI Cimeira Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 28 e 29 de Outubro de 2011 em Assunção, República do Paraguai.

Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero-América

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e Chefas de Delegação dos países ibero-americanos participantes, **consideramos:**

- Que o Estado é um instrumento fundamental e insubstituível para promover e garantir o desenvolvimento sustentável dos povos ibero-americanos. Desenvolvimento este que compreende o aumento da qualidade de vida e a felicidade da cidadania em todos os âmbitos: privado, público, individual e coletivo; abarcando diferentes dimensões, tais como o político, o social, o cultural, o econômico, e meio ambiente entre outros. Desenvolvimento para o bem estar de toda a sociedade, com inclusão, equidade e justiça social, respeitando as identidades e a diversidade a nível nacional e regional.
- Que só com um Estado democrático e social de direito e de justiça, construído através da livre participação do Povo como protagonista, se poderá alcançar o desenvolvimento sustentável das sociedades ibero-americanas.
- Que é urgente a ação efetiva do Estado para a solução de alguns problemas sociais recorrentes como a exclusão, a pobreza, a desigualdade econômico-social; a falta de acesso universal aos serviços básicos e de qualidade; as dificuldades para a participação cidadã, a solução dos conflitos nacionais; a insegurança pública.
- Que cada vez mais o Estado deve apoiar suas intervenções em conhecimentos especializados, no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, em contextos de degradação ambiental, e em face de instancias supra nacionais, tudo isto num cenário de crescente globalização que requer uma maior interdependência entre os países.
- Que continuam existindo práticas que devem ser erradicadas, tais como o clientelismo, o patrimonialismo, o formalismo, o burocratismo, e a ineficiência na gestão pública.
- Que na atualidade o Estado se encontra diante de novos desafios, tais como a ampliação da diversidade e complexidade dos assuntos públicos que esta

diversidade demanda; os escassos recursos disponíveis para dar resposta a estas demandas, e que tem relação com a reduzida base impositiva e a capacidade arrecadadora do Estado, especialmente na América Latina.

- Que para o cumprimento efetivo da missão do Estado nas atuais circunstâncias é indispensável garantir-lhe condições idôneas de poder e capacidade para incidir efetivamente sobre a realidade.
- Que entre as condições institucionais necessárias se encontra uma profunda transformação da Administração Pública, consolidando instituições orientadas pela legitimidade, legalidade, previsibilidade, eficácia, objetividade, imparcialidade e integridade, assim como pelos princípios que podem contribuir à sua democratização e à sua capacidade de aportar soluções integrais – e por tanto intersetoriais – aos problemas sociais.

E por isto **declaramos**:

- Reafirmar a implantação do Código Ibero americano de Bom Governo, com a incorporação de códigos éticos governamentais, sistemas nacionais éticos e códigos deontológicos nas administrações públicas, assim como favorecer a correta implementação das normas e práticas de conflitos de interesse incorporando as boas práticas na luta contra a corrupção administrativa, em conformidade com as convenções internacionais firmadas pelos Estados Ibero americanos.
- Aprofundar a aplicação da Carta Ibero americana da Função Pública e sua adaptação a contextos nacionais diferentes, para selecionar e profissionalizar funcionários e dirigentes públicos com adequada capacidade técnica e política, identificados profundamente com a missão do Estado, com uma forte vocação de serviço, com valores de ética pública interiorizados e comprometidos com o bem estar geral, a inclusão, a equidade e a justiça social.
- Promover e desenvolver os conteúdos da Carta Ibero americana de Qualidade na Gestão Pública, para promover uma cultura de gestão da qualidade na Administração pública, dotando modelos de gestão para resultados de desenvolvimento. Incentivando os processos de avaliação do desempenho e dos resultados (bens e serviços públicos) e estabelecendo mecanismos de incentivos em busca da excelência nos processos governamentais.
- Fortalecer o Alto Governo para a elaboração, condução e avaliação de políticas públicas, melhorando as capacidades de planificação de estratégias, de coordenação entre setores e entre níveis por parte dos dirigentes administrativos.



Desde uma perspectiva de gestão para resultados de desenvolvimento, criando e consolidando os sistemas de informação necessários para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas, que articulem os processos de planificação e preparação de orçamentos, para a análise dos resultados (bens e serviços) e o impacto na sociedade das políticas públicas. Constitui um desafio ainda pendente em muitos países da Ibero America o monitoramento e a avaliação das administrações públicas ibero americanas.

- Continuar com a adoção da Carta Ibero - americana de Governo Eletrônico, que promove o reconhecimento do direito da Administração ao acesso eletrônico. O governo eletrônico é o uso das TICs na Administração pública para melhorar a informação e os serviços oferecidos à população, a eficácia e eficiência da gestão pública e para incrementar, substancialmente, a transparência do sector público e a participação dos cidadãos. Para isto, é necessário incentivar a inclusão digital de todos os habitantes da região, favorecer políticas de identificação eletrônico-social e converter a Sociedade da informação e o Conhecimento numa oportunidade para todos e todas, especialmente daqueles que correm o perigo de serem deixados para atrás.
- Agilizar a aplicação da Carta Ibero americana de Participação Cidadã, democratizando a Administração pública, através do estabelecimento de meios individuais e coletivos de participação dos cidadãos nas diferentes instancias e etapas de formação das políticas públicas, bem como com a responsabilização da ação do Estado, promovendo mecanismos eficientes de transparência, prestação de contas e controles institucionais e sociais sobre a gestão pública e a atuação das autoridades e dirigentes públicos. Iguamente pode ser útil para o Estado o estabelecimento de redes nas quais se encontrem as organizações cidadãs, públicas e privadas, constituindo uma relação de dependência mútua, para alcançar o bem comum sob o principio da co-responsabilidade social.

Com tais orientações, os Ministros e as Ministras, bem como os Chefes e as Chefas de Delegação se comprometeram a favorecer e implantar as estratégias de mudança necessárias para tornar possível a transformação dos Estados ibero-americanos para o desenvolvimento, como condição indispensável para promover o desenvolvimento sustentável, integral, inclusivo e harmônico das sociedades ibero-americanas.

Marco para a identificação electrónica social ibero-americana

O projeto “Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero americana” se propõe a complementar a Carta Ibero americana de Governo Eletrônico, como um instrumento necessário para o efetivo exercício dos direitos das pessoas na nossa região. Ele responde às recomendações efetuadas na Declaração de Lisboa 2010.

Sem identificação não existem direitos. O exercício dos direitos requer, necessariamente, a identificação plena das pessoas, função que corresponde ao Estado. O Estado é o responsável pela identificação das pessoas e de garantir a identidade de cada um. Num mundo cada vez mais informatizado, os governos utilizam as TICs para a implementação das políticas públicas substanciais. Como conseguir a plena identificação das pessoas, como reconhecer, entre os países, ditas identificações, como facilitar o acesso remoto aos serviços que brinda a administração, são questões que têm que ver com uma adequada identificação eletrônica das pessoas.

Esta identificação eletrônica é necessária para o acesso a sistemas informáticos, às aplicações de governo eletrônico, de comercio eletrônico, mas também para a execução de políticas sociais. Além deste uso, os modernos documentos de identidade, basicamente os passaportes e os documentos nacionais, estão utilizando elementos de identificação eletrônica, o que leva a considerar que até nos supostos de identificação presencial, as tecnologias de informação e as de comunicações adquirem um papel relevante.

Conseqüentemente, torna-se necessário contar com um marco conceitual na região que se refira à identificação eletrônica social, que possa ser tomado como guia por nossos países para a identificação das pessoas e a autenticação eletrônica, elemento básico para o pleno exercício dos direitos e a efetiva implementação de políticas públicas de inclusão social.

Relatório de Atividades da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)

Em sua qualidade de membros do Conselho Diretivo da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), máxima autoridade desta Instituição, se aprova o Relatório de Atividades de acordo com o previsto no Programa Acadêmico 2010-2011, executado não só em cumprimento com as resoluções e recomendações adotadas pelo seu Conselho Acadêmico Assessor, na reunião celebrada em Santo Domingo, República Dominicana, em maio de 2010, senão também através de ações de cooperação internacional destinadas à formação de dirigentes públicos, de acordo com as orientações da “Carta Ibero americana da Função Pública”, do “Código Ibero americano de Bom Governo”, da “Carta Ibero

americana de Governo Eletrônico”, da “Carta Ibero americana de Qualidade na Gestão Pública” e da “Carta Ibero americana de Participação Cidadã”.

Resoluções e Acordos

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2011 em Assunção, República do Paraguai, durante a XIII Conferência Ibero americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, **concordamos em:**

1. Aprovar as **considerações e declarações** antes formuladas em torno do tema que convoca a XXI Cimeira Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo sobre **“Transformação do Estado e Desenvolvimento”**, e sugerir **à dita Cimeira** que apóie a promoção dos compromissos assumidos, que se enunciam a seguir:

- 1.1 Consolidar os órgãos governamentais nacionais encarregados da regulação e definição máximas das políticas de reforma e fortalecimento institucional da Administração Pública, da profissionalização da função pública ou do serviço civil, e da melhoria da gestão pública, dotando-os das competências, capacidades e recursos necessários para o cumprimento efetivo de sua missão.
- 1.2 Impulsar os processos de participação de funcionários e funcionarias na gestão pública e, conseqüentemente, reconhecer a importância de espaços de intercambio entre agentes governamentais e o corpo de funcionários públicos.
- 1.3 Impulsar os acordos políticos e sociais para a consolidação e continuidade dos processos de profissionalização do corpo de funcionários públicos.
- 1.4 Impulsar a igualdade de gênero e a elaboração de planos de igualdade e não discriminação da função pública.
- 1.5 Reconhecer que os recursos destinados aos processos de reforma do Estado e da Administração pública constituem um investimento útil e indispensável para a criação de valor público e para alcançar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável para as sociedades ibero americanas.

2. Encomendar ao CLAD que promova as seguintes ações:

- 2.1 Constituir um programa de formação de cidadãos e cidadãs para a participação na Administração Pública, que incorpore as diversas experiências nacionais na formulação e gestão de políticas públicas, prestação de contas e controle social na gestão pública, com o propósito de incrementar a legitimidade, qualidade e eficácia da ação governamental.
 - 2.2 Criar um programa regional de análise das transformações das administrações públicas ibero americanas e seu apego aos princípios, bases e orientações previstos no Código e nas Cartas Ibero americanas que prevêem a melhoria da gestão pública a serviço do cidadão.
 - 2.3 Impulsar, através da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), processos de intercambio de experiências, fortalecimento institucional e de inovação, entre as instituições responsáveis pela formação de funcionários e dirigentes públicos.
 - 2.4 Constituir uma Rede Ibero americana de Ética Pública para fomentar o intercambio de informação, análise comparado e intercambio de boas práticas na promoção de valores éticos e na prevenção e ataque à corrupção na gestão pública.
3. Encomendar ao CLAD a introdução ao documento “Transformação do Estado para o desenvolvimento na Ibero America” das modificações sugeridas, a socialização da nova versão do documento com os Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, para sua aprovação via eletrônica por parte das representações dos países ante o CLAD.
4. Aprovar o **“Marco para a identificação Eletrônica Social Ibero americana”**, como *addendum* da Carta Ibero americana de Governo Eletrônico.
5. Aprovar o Relatório de **Atividades da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas”**.

6. Levar uma mensagem à XXI Cimeira Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, assinalando a importância de que dita Cimeira ampare e apóie as Resoluções concordadas pela XIII Conferência Ibero americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, uma vez que existe o compromisso de promover políticas e estratégias de mudança que facilitem o aprofundamento da transformação dos Estados Ibero americanos para o desenvolvimento; promover a identificação eletrônica social ibero-americana e apoiar as atividades da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas.
7. Solicitar à Secretaria Pro-Tempore da XXI Cimeira Ibero americana que leve à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções anteriores.

Concordamos também:

1. Expressar reconhecimento e felicitações ao Governo da República do Paraguai, através da Secretaria da Função Pública, pela excelente co-organização da Conferência, por sua generosa contribuição que fez possível a realização da mesma, assim como por sua proverbial hospitalidade, e suas contribuições ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizaram esta reunião.
2. Aceitar com beneplácito o oferecimento do Governo da Espanha, sede da XXII Cimeira Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, para constituir-se em sede da XIV Conferência Ibero americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, como é a tradição.
3. Agradecer e felicitar a Secretaria Geral do CAD pela preparação e convocatória da XIII Conferência de Ministros e Ministras, e encomendar-lhe a realização das ações de Coordenação necessárias com o Governo da Espanha, para a organização e execução da XIV Conferência Ministerial correspondente ao ano 2012.
4. Encarregar ao CLAD as ações necessárias para cumprir as decisões anteriores e solicitar que continue seu trabalho de promotor e facilitador regional dos processos de Reforma do Estado e de melhoria da gestão pública na Ibero América.
5. Agradecer a colaboração da Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB) na organização desta XIII Conferência.

Ficha Técnica Cultura 2011

Conferência:	XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Cultura			
Contacto:	Luís Manuel Escobar Argaña	Website:	http://www.cultura.gov.py/es/
Cargo:	Ministro da Cultura	Endereço:	Estados Unidos 284, esq. Mcla. Estigarribia Assunção Paraguai
E-correio:	ministrocultura@presidencia.gov.py		
Telefone	{595 21} 21442515 / 442516		
Fax:	{595 21} 208787		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contacto:	Álvaro Marchesi – Secretário Geral	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordinador da Cultura	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
E-correio:			
Telefone	{34-91} 594 4382		
Fax:	{34-91} 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	{34-91} 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	{34-91} 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	XIV Conferência, Assunção (Paraguai), 18 julho		
2010:	XIII Conferência, Buenos Aires (Argentina), 11-12 setembro		
2009:	XII Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
ADAI Apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos (Programa)			
IBERESCENA Apoio à construção do espaço cênico ibero-americano (Programa)			
IBERMEDIA Apoio à construção do espaço audiovisual ibero-americano (Programa)			
IBERMUSEOS Integração e desenvolvimento de museus ibero-americanos (Programa)			
IBERORQUESTRAS (Programa)			
PICBIP Desenvolvimento de bibliotecas públicas dos países ibero-americanos (Programa)			
RADI Rede de arquivos diplomáticos ibero-americanos (Programa)			
RILVI Repertório integrado de livros à venda na região ibero-americana (Programa)			

Declaração

XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura

Assunção, Paraguai, 2 de agosto de 2011

A XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura, realizada em Assunção no dia 2 de agosto, no quadro da XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, declara:

Que o tema da XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo “Transformação do Estado e Desenvolvimento”, a realizar-se na cidade de Assunção nos dias 28 e 29 de outubro do corrente ano, implica contar com a estrutura institucional adequada para a projeção de políticas públicas culturais, com orçamentos suficientes entendidos como um investimento substantivo para o desenvolvimento.

Acorda:

- Retomar o compromisso assinalado na declaração da X Conferência Ibero-Americana de Cultura – Valparaíso, Chile, 2007, de realizar os esforços necessários para conseguir efetivamente a adjudicação às políticas culturais de pelo menos 1% do orçamento geral de cada Estado.
- Reconhecer, valorizar e reafirmar o compromisso dos nossos países com os Programas Cimeira de Cooperação Cultural coordenados pela SEGIB; IBERARCHIVOS (ADAI), IBERESCENA, IBERMEDIA, IBERMUSEOS, IBERORQUESTAS Juvenis, IBERRUTAS, Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI) e Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB), e saudar a nova orientação da proposta do Programa Cimeira IBERBIBLIOTECAS e do seu fundo financeiro que permitirá apoiar a gestão dos governos nacionais, regionais e locais para tornar as bibliotecas públicas e populares modernos centros de gestão em saber, informação, cultura e conhecimento.
- Instar aos países aderentes ao Programa IBERRUTAS a formar o Comité Inter-governamental para a sua efetiva implementação.
- Valorizar o desenvolvimento da agenda para o fomento das Músicas Ibero-Americanas (IBERMUSICAS) e estimular a adesão dos países à proposta do Programa, durante o ano em curso, para a sua rápida implementação e expressar a nossa aprovação pelo lugar prioritário concedido ao Fundo para o Desenvolvimento das Músicas Ibero-Americanas pela Fundação do BID.

- Celebrar a adesão do Paraguai ao Programa Cimeira IBERMEDIA, que fortalece o circuito do cinema e do audiovisual no espaço ibero-americano.
- Apoiar a continuidade dos programas de cooperação cultural da OEI, especialmente o ACERCA em colaboração com a AECID, o Programa de Educação Artística, Cultura e Cidadania e o Programa de Mobilidade para Profissionais Ibero-Americanos de Cultura.
- Encorajar a continuidade das três novas linhas de trabalho da SEGIB (Diplomacia Cultural; Cultura e Coesão Social e PME e Indústrias Culturais) que se têm vindo a desenvolver com o apoio dos Ministérios da Cultura, da OEI e de outros organismos regionais.
- Solicitar à SEGIB, em coordenação com os Responsáveis pela Cooperação e os Coordenadores Nacionais, que continue com o trabalho de seguimento e aperfeiçoamento dos programas de cooperação cultural, enfatizando a aplicação de quotas diferenciadas; a adesão de mais países; a procura de fontes alternativas de financiamento, a profissionalização das unidades técnicas e a transformação dos modelos de gestão de acordo com as necessidades e parâmetros vigentes no novo Manual para a Cooperação Ibero-Americana aprovado na XX Cimeira Ibero-Americana de Mar del Plata, Argentina, em 2010.
- Promover, no quadro do desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana, as ações de cada país, tanto nos âmbitos regionais como multilaterais para o fortalecimento do Espaço Cultural Ibero-Americano.
- Ratificar os acordos da Reunião de Bogotá de 6 e 7 de julho do ano corrente, com o compromisso de continuar a trabalhar juntos num documento que desenvolva as finalidades nela estabelecida e os programas específicos prioritários e aprovar o calendário de trabalho proposto para a sua validação na XV Conferência Ibero-Americana de Cultura.
- Definir as linhas de ação necessárias para impulsionar programas de fomento à leitura que incorporem as novas tecnologias, assim como apoiar a experiência e a proposta apresentada pelo México para estabelecer critérios de seleção, aquisição e preservação das grandes bibliotecas pessoais ou coleções privadas, que tenham contribuído para o desenvolvimento intelectual e científico.

- Saudar os esforços realizados por Espanha para a próxima implementação do Centro Ibero-Americano de Línguas e Culturas Indígenas, como novo espaço de investigação académica orientado para o seu estudo e debate, no sentido mais amplo, para a formulação de políticas públicas culturais.
- Agradecer a iniciativa da Costa Rica que, conjuntamente com a OEI, a AECID e os Ministérios da Cultura dos países da América Central e do Caribe estão a realizar para desenvolver e fortalecer o Corredor Cultural do Caribe, como legado pluricultural das populações do litoral Caribe da América Central e República Dominicana, promover a sua ampliação, contribuir para a integração e para o desenvolvimento socio-económico e cultural da região e destacar a importância da presença afro-descendente. Saudar o início das atividades no quadro do Festival Internacional das Arets, na Costa Rica, em março de 2012.
- Apoiar a República Argentina na realização do IV Congresso Ibero-Americano de Cultura, em Mar del Plata, entre 15 e 17 de setembro, com o tema “Cultura, Política e Participação Popular” e celebrar a sua próxima edição que se realizará em Espanha em 2012.
- Apoiar o projeto de fortalecimento das Línguas da Ibero-América na educação, impulsionado pela OEI, tanto no que se refere à elaboração de guiões, de curtas metragens cinematográficas e de blogs, como o fortalecimento de todas as línguas da ibero-américa e a participação no Congresso das Línguas que se celebrará entre 5 e 7 de setembro de 2012 em Salamanca, Espanha.
- Tomar nota do convite do México para participar na I Bienal Continental de Arte Indígena Contemporânea a celebrar-se na capital deste país no ano de 2012.
- Valorizar os avanços do Projeto “Centro Cultural Ibero-Americano Capela do Homem” sobre o legado patrimonial do Mestre Oswaldo Guayasamín em Quito – Equador e saudar a constituição do Fundo multilateral extra-orçamental gerido pela OEI, com a contribuição de Semilla do Equador e o compromisso de procurar mecanismos de financiamento para o desenvolvimento do projeto; assim como destacar a formação do Comité Técnico Inter-governamental e a realização de três Fóruns Regionais que enriqueçam o debate sobre o património cultural ibero-americano. Realizar as ações necessárias em coordenação com a SEGIB, a OEI e demais Organismos para facilitar a circulação de Bens e Serviços Culturais e a apropriação social do património no espaço ibero-americano.

- Saudar a realização do Fórum Internacional “Ideias do Bicentenário” em Assunção, Paraguai, nos dias 3 e 4 de agosto de 2011.
- Instar a SEGIB para implementar a Rede Ibero-Americana de Preservação do Patrimônio Sonoro na região, em concordância com os Programas Cimeira e agradecer a assistência técnica oferecida pelo México.
- Impulsionar o Programa de Cooperação TEIB para que na sua nova plataforma WEB-TV desenvolva um canal especializado na emissão de eventos culturais ibero-americanos no qual se incluam as iniciativas acordadas nesta Conferência, em especial as relativas ao Corredor Cultural do Caribe, aos Congressos das Comunidades Afro-descendentes e ao Congresso das Línguas da Ibero-América.
- Destacar o esforço que a OEI e a SEGIB estão a realizar para organizar, conjuntamente com os Ministérios da Cultura da Colômbia e do Brasil, assim como com outras instituições públicas e privadas, dois importantes Congressos sobre a história, a vida, a cultura e as instituições dos afro-descendentes, nos dias 23 a 25 de agosto em Cali, Colômbia; e nos dias 17 a 19 de novembro em Salvador da Baía, Brasil, que contribuirão para a participação ativa das populações afro-descendentes no desenvolvimento cultural e socioeconômico dos seus países.
- Solicitar à SEGIG que, no seguimento da Declaração do México resultante do V Encontro Ibero-Americano de Museus, promova com a UNESCO o debate sobre a possibilidade de criar um documento normativo internacional em relação ao patrimônio museológico.
- Reconhecer a participação da Fundação Inter-Americana de Cultura e Desenvolvimento do BID e oferecer o apoio institucional aos projetos seguintes: Atlas de Infra-estrutura e Patrimônio Cultural das Américas, integração de um fundo para financiar PME Culturais e a integração do fundo para o apoio de estudos profissionais de jovens criadores e promotores culturais.
- Saudar a celebração dos 40 anos do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe CERLALC, que serviu a região como um ator fundamental na promoção da leitura e das bibliotecas, a criação intelectual, a produção editorial e a defesa dos direitos dos autores.

- Celebrar o início de uma década de atividades a favor da proteção e promoção do património museológico em comemoração do 40º aniversário da Mesa Redonda de Santiago (Chile, 1972), que reafirma o papel social e educativo dos museus.
- Agradecer à Comissão Redatora e ao seu coordenador, o Ministro da Cultura da Costa Rica, pelo trabalho realizado para esta Declaração.
- Agradecer à Secretaria Nacional da Cultura do Paraguai, à OEI e à SEGIB a organização desta Conferência e congratular a República do Paraguai pela celebração do seu Bicentenário de Independência Nacional.

Elaborada em Assunção, República do Paraguai no dia dois do mês de agosto de dois mil e onze.

Ficha Técnica Educação 2011

Conferência:	XXI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Educação			
Contato:	Liliana Ferreira de Vergara	Website:	www.mec.gov.py
Cargo:	Dirección General de Gabinete Técnico	Endereço:	15 de Agosto e/ Gra. Díaz y Eduardo V. Haedo, 3ª Assunção Paraguai
E-correio:	gabinete@mec.gov.py		
Telefone:	(595) 451025 / 496666		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contato:	Álvaro Marchesi Secretario General	Website:	www.oei.es
Cargo:	Director General de Concertación y Desarrollo	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
E-correio:	secretaria.general@oei.es		
Telefone	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	XXI Conferência, Assunção (Paraguai), 13 setembro		
2010:	XX Conferência, Buenos Aires (Argentina), 13 setembro		
2009:	XIX Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
PIA Plano Ibero-americano de Alfabetização (Programa)			
EIC Espaço Ibero-americano de Conhecimento			
TEIB Televisão Educativa e Cultural Ibero-americana (Programa)			
Virtual Educa Projeto de capacitação virtual (Projeto Adscrito)			
Segundo Tempo (Iniciativa)			

Declaração

XXI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação

Assunção, Paraguai, 26 de setembro de 2011

Os Ministros de Educação da Ibero América, reunidos em Assunção em 26 de setembro de 2011 no marco da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada nesta mesma cidade nos dias 28 e 29 de outubro sob o tema “Transformação do Governo e Desenvolvimento”,

Consideram,

Que a educação constitui um elemento de primeira ordem para o fortalecimento dos sistemas democráticos.

Que a educação constitui um direito humano inalienável e que os Estados devem assegurar o seu cumprimento.

Que é preciso que as mudanças educativas que vivem as nossas sociedades cheguem aos lugares onde se desenvolvem os processos de ensino e aprendizagem, envolvendo todos os setores na tarefa da educação.

Por tanto acordam,

1. Manifestar a decisiva importância da educação para a formação de cidadãos livres, tolerantes, cultos e solidários, para favorecer o desenvolvimento econômico e social dos nossos países, e para garantir o fortalecimento das nossas instituições democráticas.
2. Expressar a satisfação coletiva pela aprovação na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do ano 2010 do projeto “Metas Educativas 2021: a educação que desejamos para a geração dos bicentenários”, em termos de desenvolvimento, concreção, custos, sistemas de avaliação e compromissos assumidos pela XX Conferência Ibero americana de Ministros da Educação.
3. Insistir no que foi aprovado na citada Cimeira referido a universalização da educação de qualidade como direito humano fundamental e inalienável que deve ser protegido por todos os Estados ibero-americanos de modo que alcance a toda a população sem discriminação.

4. Unir-se ao pedido feito na Declaração de Mar del Plata para que as agências de cooperação multilateral, incluídas aquelas que pertencem ao Sistema das Nações Unidas, incorporem devidamente nos seus programas de cooperação as Metas educativas 2021 com uma perspectiva multi-setorial.
5. Manifestar igualmente a satisfação pelo fato de ter sido incluídos no Programa de Ação de Mar de Plata a aprovação explícita, junto com o Programa Metas Educativas 2021, do que foi concordado na Conferência Ibero americana de Ministros da Educação sobre Programas de Ação Conjuntos, o Fundo Solidário de Cooperação educativa de caráter voluntário, o Instituto de Avaliação e Seguimento das Metas Educativas e o Conselho Assessor das Metas 2021.
6. Solicitar a OEI realizar as gestões necessárias para estabelecer alianças com países e organizações extra-regionais, empresas públicas e particulares, organizações da sociedade civil, que possam contribuir a dotação de recursos para o Fundo Solidário de Coesão Educativa assim como a articulação de esforços da cooperação internacional que possam contribuir ao cumprimento das Metas 2021.
7. Reconhecer, como foi formulado na citada Cimeira, o direito a receber educação em valores, que incorpore o respeito aos direitos humanos e à formação democrática, assim como a incorporação ao sistema educativo de uma cultura de respeito, equilíbrio e reconhecimento dos saberes ancestrais, tudo isso como garantia imprescindível da transformação do Estado ao serviço dos cidadãos, para a defesa das leis da natureza e da vida dos seres no seu conjunto, e para um maior desenvolvimento econômico e social dos nossos países.
8. Destacar a importância do primeiro relatório de avaliação do projeto “Metas Educativas 2021”, que pode ser considerado como o ponto de partida para sua futura avaliação. Reconhecer especialmente a incorporação dos novos indicadores com uma aproximação qualitativa e a capacidade de integração das contribuições de cada um dos países e dos organismos internacionais
9. Considerar um avanço notável que todos os Ministérios de Educação possam elaborar e publicar, pelo menos a cada dois anos, um relatório nacional sobre a situação da educação no seu país e solicitar aos responsáveis do BID que realizem as gestões pertinentes com o fim de contribuir com o financiamento necessário a OEI para o cumprimento deste objetivo e para a sua coordenação e apoio técnico.

10. Reconhecer a valiosa contribuição realizada pelo Conselho Assessor das Metas Educativas e apoiar o seu fortalecimento, a fim de assegurar uma maior participação de todos os movimentos sociais, instituições e associações sensíveis a importância fundamental da educação, para que possam levar suas opiniões a Conferência de Ministros de Educação, assumindo o papel de consciência crítica para o cumprimento dos objetivos concordados, e sejam capazes de mobilizar ao conjunto da sociedade para atingi-los nos tempos estabelecidos.
11. Julgar de especial transcendência para o avanço do projeto “Metas educativas 2021” a iniciativa “Luzes para aprender”, com o objetivo de levar eletricidade através de painéis solares e dotar de computadores e conexão a Internet a todas as escolas ibero-americanas que ainda não tem eletricidade, cuidando ao mesmo tempo a formação de professores, a sustentabilidade do projeto e o compromisso das comunidades.
12. Apreciar de maneira positiva as contribuições que os diferentes países e instituições tem feito ao Fundo Solidário de Cooperação Educativa para a realização do projeto “Luzes para aprender” em 2014 e animar a OEI a continuar a procura de novos recursos e o estabelecimento de acordos com cada um dos países para a realização de tão ambicioso e justo objetivo de acordo com os critérios e estratégias que cada país irá decidir.
13. Priorizar a dotação de painéis solares e meios audiovisuais as escolas sem eletricidade que escolarizam alunos afro-descendentes a fim de concretizar de maneira imediata e precisa o compromisso dos ministros de Educação com todos eles no Ano Mundial dos Afro-descendentes.
14. Manifestar o interesse pelo programa de fortalecimento das línguas da Ibero América, e sua vontade de impulsionar os concursos de roteiros cinematográficos e de logs de leitura, assim como levar em consideração os cursos de formação nas bibliotecas escolares e alfabetização inicial ofertados pelo Centro de Altos Estudos Universitários da OEI. Valorizar igualmente que essa oferta formativa seja oferecida tanto em espanhol como em português.
15. Tomar em consideração que a inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação tem tido um grande desenvolvimento nos últimos anos e necessariamente irá ter um forte impacto nos processos de ensino e aprendizagem, sobre os que irão estudar-se as implicações, limites e realizações, para refletir sobre o modelo de escola emergente e desejado.

16. Fortalecer e promover a atividade da Rede Latino americana de Portais Educativos (RELPE) na troca de políticas públicas, a geração de recursos educativos comuns de alta qualidade e o desenvolvimento de projetos regionais que apontem ao uso das TIC como ferramenta para a realização de uma educação de qualidade pra todos e a integração plena dos professores, estudantes e suas famílias na Sociedade da Informação e o Conhecimento.
17. Fortalecer e encorajar o desenvolvimento de iniciativas orientadas a realização dos compromissos do Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas dentro da sétima Meta Geral, instando a SEGIB e a OEI a continuar gerando espaços de articulação e coordenação com os Organismos Internacionais, agências de cooperação e organizações da sociedade civil no âmbito da Educação Permanente de pessoas Jovens e Adultas.
18. Saudar o estabelecimento de linhas de contato e cooperação com organizações regionais dos países árabes e africanos que trabalham nas áreas da educação, ciência e cultura, com a perspectiva de incentivar a aprendizagem mutua a troca de experiências e informação, e a consideração de projetos conjuntos de cooperação.
19. Expressar a satisfação da Conferência pela assinatura dos acordos com o National Institute For Lifelong Education da Coréia do Sul, Itaipu Brasil, Itaipu Paraguai, Confederação Sul-americana de Futebol, Plan Internacional, UIL-UNESCO e ATEI, o que irá contribuir a uma maior confluência de iniciativas para a realização das metas educativas acordadas.
20. Valorizar os acordos alcançados pelo V Fórum Ibero americano de Educação Superior, Ciência e Inovação, realizado em La Habana, em particular a aprovação da Estratégia do Espaço Ibero americano do Conhecimento, a criação do Conselho de Programas da EIC e a implementação efetiva do Escritório previsto na Declaração de Buenos Aires, dentro do qual irá ter o apoio do Grupo de impulso e dinamização estabelecido pelo Fórum para esse efeito.
21. Agradecer ao Ministro de Educação da Espanha pela sua disposição para proposta inicial de realizar a próxima Conferência Ibero americana de Educação no dia 6 de setembro de 2012 em Salamanca.que no marco da XXI Cimeira de Ibero americana que irá se realizar neste país em 2012, se sigam os passos para a realicao da próxima Conferência Ibero americana de Educação.

22. Agradecer o excelente trabalho realizado pelo Ministro de Educação do Paraguai, Dr. Luis Alberto Riart e pela sua equipe do Ministério de Educação e Cultura, na preparação e organização desta Conferência, assim como a colaboração da SEGIB e da OEI em todas as tarefas levadas adiante para o seu bom desenvolvimento.

23. Demonstrar a satisfação desta Conferência pela comemoração do Bicentenário da Independência do Paraguai.

24. Elevar a consideração da XXI Cimeira Ibero americana os seguintes acordos:

Considerar de especial transcendência para o avanço do projeto Metas Educativas 2021 a iniciativa “Luzes para aprender”, cujo objetivo é levar eletricidade a través de painéis solares e dotar de computadores e de conexão a Internet a todas as escolas ibero americanas que ainda não tem, cuidando ao mesmo tempo a formação dos professores, a sustentabilidade do projeto e o compromisso das comunidades.

Valorizar de maneira positiva as contribuições que os diferentes países e instituições tem realizado ao Fundo Solidário de Cooperação Educativa para a realização do projeto “Luzes para aprender” em 2014 e encorajar a OEI a continuar na busca de novos recursos e estabeleça os acordos pertinentes com cada um dos países para realizar tão ambicioso e justo objetivo de acordo com os critérios e estratégias que cada país decidir.

Dar prioridade a dotação de painéis solares e de meios audiovisuais as escolas sem eletricidade que escolarizam alunos afro descendentes a fim de concretizar de maneira imediata e exata o compromisso dos Ministros de Educação com todos eles no Ano Internacional dos Afro descendentes.

Ficha Técnica de Gênero 2011

Conferência:	III Conferência Ibero-Americana de Gênero		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria da Mulher			
Contacto:	Teresita Silvero	Website:	www.mujer.gov.py
Cargo:	Jefa de Gabinete de la Ministra Gloria Beatriz Godoy	Endereço:	Edif. Ayfra piso 13 bloq. B, Pte. Franco esq- Ayolas Assunção Paraguai
E-correio:	tsilvero@mujer.gov.py		
Telefone:	(595) 2145 0042		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	IV Conferência, Assunção (Paraguai), 9-10 junho		
2010:	III Conferência, B. Aires (Argentina), 1er. Semestre 2011		
2008:	II Conferência, São Salvador (El Salvador), 5-6 junho		
2007:	I Conferência, Santiago (Chile), 11-12 outubro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Observatório de Igualdade			
Campanha contra a violência de Gênero			
Perspectiva de Gênero: Inclusão em todos os programas de cooperação e atividades da SEGIB			

III Conferência Ibero-Americana de Gênero: Gênero, Transformação do Estado e Desenvolvimento

Assunção, Paraguai, 8 e 9 de junho de 2011

As Ministras e Altas Autoridades dos Mecanismos para o Avanço das Mulheres de Ibero-américa ou seus representantes, dedicadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres, reunidas na “III Conferência Ibero-americana de Gênero: Gênero, Transformação do Estado e Desenvolvimento”, em Assunção, Paraguai, nos dias 8 e 9 de junho de 2011,

Reafirmam:

Os compromissos internacionalmente assumidos relativos à promoção e respeito aos Direitos Humanos das Mulheres, entre os mesmos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação do Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher (Convenção de Belém do Pará -1994); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, 2006); a Declaração do Ano Interamericano das Mulheres da OEA (2010) e os Consensos de México, Quito e de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher de América Latina e do Caribe (2010).

Vistos:

1. O esforço realizado de maneira sustentável desde a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas para dar seguimento ao cumprimento da Plataforma de Ação de Beijing e impulsar a incorporação dos temas emergentes ligados à igualdade de gênero na agenda internacional.
2. A Campanha lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban-Ki-moon “Una-se para pôr fim à violência contra as mulheres”.
3. A Campanha “MALTRATO ZERO” desenvolvida através da SEGIB em 16 países ibero-americanos por mandato da Cimeira Ibero-Americana de San Salvador.

4. A realização e conclusões da III Conferência de Estados Partes, do Mecanismo de Seguimento à Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de Belém do Pará (MESECVI), realizado em Guatemala, (2011)
5. A criação e mandato da nova entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o empoderamento das mulheres (ONU MUJERES), que é estabelecida para acelerar o avanço no cumprimento dos compromissos internacionais subscritos.
6. A importância da proclamação pela Assembleia-Geral das Nações Unidas de 2011 como o Ano Internacional dos e das Afrodescendentes, que engaja os países para que trabalhem no fortalecimento das medidas nacionais e a cooperação regional e internacional em benefício dos e das afrodescendentes, promovendo o respeito e o reconhecimento da diversidade e o melhoramento das condições de vida das mulheres e meninas.

Considerando:

1. Que a I e II Conferências de Gênero demonstram o compromisso dos governos ibero-americanos em favor da igualdade de gênero e têm permitido comprometer linhas de trabalho através de mandatos à Secretaria-Geral Ibero-Americana, na participação política e social das mulheres, luta contra a violência de gênero, transversalidade de gênero, participação nas Conferências Regionais da Mulher para América Latina e o Caribe, e no Observatório para a igualdade de gênero da CEPAL.
2. Que as Cimeiras Ibero-americanas celebradas, têm adotado os Consensos das Conferências Regionais sobre a Mulher da América Latina e o Caribe, como as declarações de princípios e como agenda para a igualdade de gênero para todos os Estados da Região Ibero-americana.
3. Que o Consenso de Brasília reconhece o papel estratégico desempenhado pelos Mecanismos para o Avanço das Mulheres, propondo ainda alcançar a igualdade no exercício do poder com o objetivo de erradicar a exclusão estrutural, social e política, influenciando de forma transversal no Estado, afirmando a mais alta hierarquia governamental garantindo os recursos necessários segundo os contextos nacionais.

4. Que a igualdade entre mulheres e homens constitui um direito humano fundamental e uma condição para o desenvolvimento integral e sustentável, a governabilidade democrática e a coesão social, é essencial incluir sistematicamente a perspectiva de direitos e a igualdade de gênero nas Cimeiras Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo.
5. Que é necessário dar continuidade ao impulso de medidas de ação positiva para uma maior presença das mulheres em posições de decisão para alcançar a democracia paritária verdadeira, e não somente formal, em todos os âmbitos e níveis de poder: político, econômico e social.
6. Que é necessário reafirmar o compromisso dos Estados Ibero-americanos para afrontar a erradicação da pobreza desde a inclusão transversal da perspectiva de gênero e as demandas das mulheres garantindo sua autonomia econômica, política, social e pessoal.
7. Que a transformação do Estado para o desenvolvimento requer incluir a construção da cidadania das mulheres, e a plena titularidade de seus direitos.

Acordamos:

1. Impulsionar a consolidação dos Mecanismos para o Avanço das Mulheres nos Países Ibero-americanos, especialmente nos processos de transformação do Estado para que atinjam o maior nível de hierarquia governamental, de acordo com o contexto nacional, constituindo-se em instancias reitoras em matéria de gênero e garantindo a transversalidade da perspectiva de gênero para a proteção e o respeito aos direitos das mulheres e o pleno exercício de sua cidadania.
2. Facilitar e potenciar condições técnicas e políticas orçamentárias conforme as responsabilidades e mandatos atribuídos aos Mecanismos Nacionais para o Avanço das Mulheres, a fim de alcançar objetivos propostos.
3. Avançar com políticas ativas para a plena aplicação da Plataforma de Ação de Beijing com a convicção de que esta constitui a base para a realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em vista do efeito multiplicador do objetivo 3.

4. Impulsionar ações normativas voltadas a combater todas as manifestações ainda existentes de discriminação, direta ou indireta, por razão de sexo, raça, etnia ou povo indígena, entre outras discriminações múltiplas e promover a igualdade verdadeira entre mulheres e homens, inclusive a eliminação dos obstáculos e estereótipos sociais e culturais que impeçam alcançá-la.
5. Propiciar a igualdade de condições e oportunidades entre mulheres e homens no âmbito de trabalho e econômico, propiciando a autonomia econômica das mulheres, com políticas adequadas que eliminem as lacunas de desigualdade entre os gêneros e incorporem uma perspectiva de direitos e garantirem a representação equilibrada em todos os âmbitos de decisão.
6. Impulsar ações concretas que promovam que os meios de comunicação social respeitem os direitos das mulheres, e erradiquem as condutas discriminatórias de gênero, em particular aquelas que façam apologia da violência contra as mulheres ou a justifiquem.
7. Fortalecer o estatuto normativo, institucional e financeiro dos Mecanismos Nacionais para o Avanço das Mulheres, estabelecendo canais institucionais para que a integração das políticas de igualdade seja verdadeira, com orçamento, capacidade técnica e poder político suficiente para contribuir para a transformação do Estado e o desenvolvimento dos Países de Ibero-América.
8. Reforçar o papel do Observatório para a Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, como instrumento para a obtenção de dados confiáveis e comparáveis a partir da adoção de indicadores comuns, para medir o avanço das mulheres, e prestando especial atenção à violência e suas diferentes manifestações, conhecer o desafios e formular políticas públicas para as mulheres de Ibero-américa.
9. Impulsionar o diálogo e as alianças com as organizações da sociedade civil, o movimento de mulheres e feministas para a sustentabilidade das políticas públicas de igualdade de gênero.
10. Avançar numa proposta no marco da Cooperação Ibero-americana que contribua para alcançar os eixos temáticos do Consenso de Brasília (2010) para a realização da igualdade de gênero e o avanço das mulheres.

Propõem elevar à XXI Cimeira de Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, o seguinte:

Reafirmar o compromisso com a igualdade de oportunidades, os direitos das mulheres e o fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres elevadas para a mais alta hierarquia, de acordo com o contexto nacional, com orçamentos suficientes, como condição essencial para que a transformação do Estado garanta a igualdade verdadeira e efetiva entre as mulheres e homens nos Países de Ibero-américa.

Instar a SEGIB para que em conjunto com os governos inicie as ações necessárias para formular um Programa de Cooperação Ibero-americana no marco do Consenso de Brasília adotado na XI Conferência Regional da Mulher da América Latina e do caribe (CEPAL 2010).

Finalmente:

As Ministras e Altas Autoridades dos Mecanismos das Mulheres de Ibero-américa ou seus representantes aqui reunidas, nos comprometemos a:

Elevar os acordos alcançados nesta Conferência às reuniões preparatórias de Coordenadores Nacionais para garantir que sejam incorporados na Declaração e no Programa de Ação da XXI Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo.

Agradecemos ao Governo do Paraguai pela iniciativa de convocar esta III Conferência Ibero-americana de Gênero, bem como pela hospitalidade e organização.

As Ministras e autoridades da Mulher de Ibero-américa e seus representantes subscrevem a presente Declaração em dois textos originais em idioma espanhol e português, ambos igualmente válidos, em Assunção, Paraguai aos nove dias do mês de junho de dois mil e onze.

Ficha Técnica Saúde 2011

Conferência:	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social			
Contacto:	César Cabral	Website:	mspbs.gov.py
Cargo:	Coordenador para Ibero-América	Endereço:	Pettirossi esq. Brasil Assunção Paraguai
E-correio:	csr.cabral@gmail.com		
Telefone	(595) 9834 63191		
Secretaria Técnica:			
No hay			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	XIII Conferência, Assunção (Paraguai), 10 junho		
2010:	XII Conferência, Mar del Plata (ArgentinaPortugal), 29-30 junho		
2009:	XI Conferência, Évora (Portugal), 29-30 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Sociais			
Redes Iberoamericanas de: Doação e Transplante de Órgãos Políticas de Medicamentos Aprendizagem e Investigação em Saúde Luta contra o Tabagismo Proteção Social em Saúde Migração e Recursos Humanos em Saúde Análise, implementação e avaliação de Políticas Públicas de Saúde			
Programa Bancos de Leite Humano			

XIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde “Para um Governo que garanta o direito à saúde”

Luque, Paraguai, 10 Junho de 2011

Os Ministros e Ministras da Saúde, reunidos na XIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde, realizada em 10 de Junho de 2011, no Salão de Convenções da CONMEBOL, Luque, Paraguai; no âmbito da XXI Reunião de Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático é “Transformação do Estado e Desenvolvimento”, apresentam a seguinte declaração propondo ações que contribuam construir um Estado gerador de um desenvolvimento com rosto humano, capaz de propiciar uma sociedade mais equitativa, integrada e unida, que garanta o direito à saúde de maneira universal; fortalecendo ativamente o intercâmbio e cooperação entre os países ibero-americanos.

Considerando que:

1. Os países da Ibero-América compartilham valores e enfrentam desafios similares. Os valores compartilhados se vinculam com uma história de integração do diverso, de abertura à migração e de construção dos nossos países partindo dessa vontade de inclusão social.
2. Reconhecemos que os esforços das sociedades e das políticas públicas dos países da Ibero-América devem encaminhar em direção ao desenvolvimento humano e social. Isto apresenta o desafio de melhorar a qualidade de vida dos povos, de superar os níveis existentes de pobreza e exclusão, assegurando a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das capacidades das pessoas e suas comunidades.
3. As reformas da saúde da América Latina, vinculadas e subordinadas aos processos de reforma do Estado moldurado nos lineamentos neoliberais promovidos principalmente pelo Consenso de Washington, levaram os países da região a uma redução do papel dos governos com severas repercussões nos Sistemas de Saúde. Estas reformas têm dado mostras de esgotamento dando lugar a novas reflexões desde uma perspectiva ampla vinculada ao desenvolvimento e a um Estado transformado que garanta o direito à saúde, promova a realização das pessoas e dos povos, suas liberdades efetivas e sua capacidade de apoderar-se para ser partícipes de seu próprio desenvolvimento.

4. Apesar de que alguns países têm obtido significativos avanços, ainda persistem grandes desafios em relação ao exercício do direito à saúde e o acesso à assistência sanitária, que não é universal e em muitos casos é praticamente inexistente para os grupos sociais que mais a necessitam. Em muitos países a oferta de serviços de saúde é fragmentada, e nem sempre reflete as expectativas, valores sociais e preferências culturais de suas populações.
5. A saúde se encontra determinada por diversos e dinâmicos processos sociais, econômicos, culturais e ambientais, a responsabilidade pelo seu cuidado é de todos, e se bem que o direito à saúde exceda amplamente a atenção médica reparadora orientada à enfermidade, o papel dos sistemas de serviços de saúde é fundamental. Isto implica a necessidade de políticas de Estado e compromisso partindo de todos os setores: organismos públicos, empresas privadas, organizações da comunidade, organizações internacionais e de cada um dos cidadãos
6. O reconhecimento do direito à saúde implica o sucesso de uma cobertura universal, equitativa e integral, e exige a adoção de políticas tendentes a estruturar sistemas de saúde, com base na Atenção Primária de Saúde que permitam aproximar os serviços à população e estabeleçam uma inter-relação entre os demais níveis de atenção que os conformam, articulados nas redes integradas de saúde, e que possam tornar sustentáveis estas ações. Requer-se, além disso, um sistema de financiamento sustentável, que permita as pessoas a aceder os serviços de saúde quando os necessitem, sem que sua capacidade de pagamento lhes impeça.
7. A mais de 30 anos de Alma Ata grande parte da cidadania da América Latina se encontra ainda distante de poder exercer seu direito à saúde e de dispor de sistemas de saúde equitativos, solidários e universais. As políticas de saúde encaminhadas a apoiar esta meta e que lhes permitam aos Ministérios de Saúde assumir este desafio têm sido insuficientemente implementadas.
8. É imprescindível sortear estas dificuldades e repensar uma estratégia da qual surjam ações que nos aproximem não somente ao cumprimento dos Objetivos do Milênio, senão à plena implementação dos valores e princípios que sustenta a Atenção Primária da Saúde para que o direito à saúde possa ser exercido por toda a população e a igualdade atravesse como princípio básico das políticas públicas para o desenvolvimento.

9. Reconhecemos que os esforços das sociedades e das políticas públicas devem ser orientadas em direção ao desenvolvimento humano e social. Isto implica que ditos esforços requerem o forte compromisso dos Países Ibero-Americanos para o melhoramento da qualidade de vida dos povos. A saúde é uma das premissas para alcançar o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade; e é, de igual modo, um dos indicadores de nível do bem-estar social alcançado. Além disso, o desenvolvimento e fortalecimento dos Sistemas de Saúde contribui de forma significativa ao desenvolvimento econômico das sociedades.
10. A abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tem posto em evidência que quando se formulam objetivos claros, delimitados e simples de comunicar resulta mais fácil construir alianças e desenvolver marcos de cooperação adequados para produzir resultados concretos em termos de saúde. Embora se requer, a nível de país, da vontade política necessária para impulsar ações em benefício da população mediante planos nacionais de saúde que permitam alcançar as metas e objetivos propostos.

Concordamos:

1. Reafirmar que o Estado tem a obrigação de garantir o exercício do direito à saúde, através de um sistema de saúde que assegure a universalidade na atenção, a equidade no acesso e a qualidade das prestações, no marco de um esforço mais amplo orientado a estabelecer um sistema de proteção social, dentro do qual se estabeleçam as condições necessárias para que a sociedade em seu conjunto, as pessoas ou grupo de pessoas, possam exercer seus direitos sociais de maneira efetiva, sem restrição de nenhum tipo.
2. Empreender ações conjuntas em benefício de todos os países membros que permitam e garantam o acesso aos Serviços de Saúde equitativos, aos medicamentos, à utilização de equipamentos e tecnologias apropriadas, assegurando a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das capacidades das pessoas e suas comunidades, recusando a aplicação de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional ou ações de qualquer natureza ou procedência que impeçam o adequado desenvolvimento humano e social dos povos da Região.
3. Instar aos Estados a assegurar o financiamento sustentável dos sistemas de saúde, para permitir que as pessoas acedam aos serviços de saúde quando os necessitem, sem que sua capacidade de pagamento o impeça.

4. Incorporar o enfoque dos determinantes sociais nas políticas de saúde, promovendo um desenvolvimento sustentável baseado na justiça social; pelo qual deve ser um compromisso de todos os setores da gestão pública e de todas as instâncias da vida econômica e social dos países educar a população neste enfoque, em busca de uma efetiva participação comunitária na tomada de decisões em todos os níveis.
5. Fortalecer a função da autoridade sanitária para assumir um papel de liderança na abordagem intersectorial da saúde, articulando e coordenando com todos os setores, públicos e privados, sociais e econômicos, para atuar conjuntamente na transformação dos determinantes sociais e reduzir as desigualdades na saúde.
6. Envolver, comprometer e instar as autoridades de outros setores para que atendam as necessidades sanitárias como por exemplo, dotação de água potável, trabalho decente, ambiente saudável, moradia digna e educação com um enfoque de gênero e interculturalidade em todas estas gestões.
7. Fortalecer o papel reitor do Estado mediante a profissionalização da administração pública, a qualificação dos Recursos Humanos de saúde disponíveis e a incorporação de profissionais no sistema de saúde por meio de um mecanismo baseado na capacidade e méritos que garantam a igualdade de oportunidades.
8. Fortalecer a formação dos Recursos Humanos com uma adequada planificação que permita o melhor funcionamento dos serviços para fazer frente às necessidades da saúde da população.
9. Intercambiar entre os países ibero-americanos as experiências em formação e gestão de recursos humanos para a saúde, assim como as estratégias exitosas encaminhadas à promulgação de incentivos e estímulos laborais enfocados a reduzir as migrações deste pessoal, como um dos elementos cruciais para a sustentabilidade dos sistemas de saúde.
10. Dinamizar as redes de saúde existentes e impulsionar programas de cooperação entre países e o intercâmbio de boas práticas, com o objetivo de fortalecer e melhorar a qualidade da atenção sanitária.
11. Fortalecer os sistemas de informação sanitária, incorporando os avanços das novas tecnologias e facilitando a interoperabilidade entre eles, como instrumentos para melhorar o conhecimento da situação de saúde e facilitar a tomada de decisões eficazes e eficientes.

12. Reafirmar que o fortalecimento dos sistemas integrados de saúde é essencial para o desenvolvimento dos nossos Estados e que o desenvolvimento econômico e social se veja beneficiado pelas medidas que fortalecem a criação de capacidade em saúde pública; sendo que para atingir a equidade em saúde é imprescindível assegurar a cobertura universal e integral de ações e prestações essenciais e necessárias com enfoque de gênero e tendo em conta as diferentes culturas, etnias, orientação sexual e capacidades pessoais.

13. Elevar à XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo os seguintes acordos:

1. Nossos Estados têm a obrigação de garantir o exercício do direito à saúde, assegurando a universalidade na atenção, a equidade no acesso, a qualidade das prestações e o financiamento suficiente e sustentável dos sistemas de saúde de nossos países, no marco de um sistema de proteção social.

2. Nossos Estados devem incorporar o enfoque dos determinantes sociais nas políticas públicas de saúde, fortalecendo a função da autoridade sanitária para que assuma um papel de liderança na abordagem intersetorial e na promoção da participação social na saúde, incorporando a perspectiva de gênero e de interculturalidade.

3. Expressamos nosso interesse em desenvolver instrumentos, identificar e intercambiar experiências e boas práticas em áreas tais como a construção de sistemas universais de saúde, o desenvolvimento e gestão de Recursos Humanos, os sistemas de informação e a aplicação de novas tecnologias.

Os Ministros e Ministras participantes nessa XII Conferência Ibero-Americana agradecem ao governo e ao povo da República do Paraguai pelas atenções recebidas e sua generosa hospitalidade.

Ficha Técnica Turismo 2011

Conferência:	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria Nacional de Turismo			
Contacto:	Delia Benítez	Website:	www.senatur.gov.py
Cargo:	Coordinadora Técnica	Endereço:	calle Palma nº 468 Assunção Paraguai
E-correio:	dbenitez@senatur.gov.py		
Telefone:	{595 21} 441530		
Secretaria Técnica:			
No hay			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	{34-91} 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	{34-91} 590 1982		
Reuniões Recentes			
2011:	XI Conferência, Assunção (Paraguai), 18 maio		
2010:	X Conferência, Córdoba (Argentina), 2-3 setembro		
2009:	IX Conferência, Estoril (Portugal), 2 julho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Econômicos			
Empreendimentos Turísticos Juvenis (Iniciativa)			

Declaração

XI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo “Transformação do Estado e Desenvolvimento”

Assunção, Paraguai, 18 de maio de 2011

As Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Turismo dos Estados Ibero-Americanos, reunidos na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, o dia 18 de maio de 2011, na XI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo, por ocasião da XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que acontecerá nos dias 28 e 29 de Outubro na República do Paraguai, cujo tema é “Transformação do Estado e Desenvolvimento”.

Consideram:

1. A necessidade de continuar o fortalecimento da gestão do Estado, para facilitar o desenvolvimento econômico, sustentável e social dos povos, onde o turismo deve ser uma ferramenta fundamental para a erradicação da pobreza, devido a sua natureza geradora de emprego e inclusão social.
2. Que a Administração Pública do século XXI solicita transformações dinâmicas e profundas na formulação, execução e avaliação das políticas públicas para alcançar os objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça social, solidariedade e equidade, posicionando o turismo como ferramenta indispensável nas agendas do Governo.
3. A necessidade de uma constante inovação das instituições do Estado que inclua uma participação mais ativa da população nos assuntos públicos, para seguir reforçando os laços entre a cidadania e o Estado.
4. Que no clima comemorativo dos Bicentenários da Independência de vários países da região, é importante refletir sobre a trajetória histórica de Ibero-America para coadjuvar a um futuro melhor e o papel do turismo como ferramenta chave para o enriquecimento cultural e o fortalecimento da identidade dos nossos povos.
5. Que segundo dados da Organização Mundial de Turismo, durante o ano de 2010, os destinos da Ibero-America receberam em sua totalidade 121 milhões de chegadas turísticas internacionais (12,9 % do total mundial) e 108 mil milhões de dólares americanos (11,7% do total mundial), e a chegada de turistas internacionais cresceu 5% no primeiro período de 2011, sendo a

previsão de crescimento para Ibero-América estimada entre 3% e 5%, com relação a 2010.

6. Que o Turismo é um fator determinante para criação de emprego e níveis aceitáveis de renda, que se deve redistribuir aos habitantes da comunidade visitada.
7. Que um Turismo consciente e responsável garante o desenvolvimento compatível e comprometido com os valores culturais das populações locais e originárias, preservando as identidades das comunidades e fomentando a harmonia e o respeito ao meio ambiente.
8. Que a educação e a formação dos recursos humanos são direitos fundamentais, garantidos pelos nossos países e, como foi estabelecido pela XI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo, é uma questão chave para o desenvolvimento do turismo nos países ibero-americanos.
9. Que o Turismo Sustentável assegura a preservação dos recursos naturais e culturais, garantindo-os para o desfrute das gerações presentes e futuras.

Resolvem:

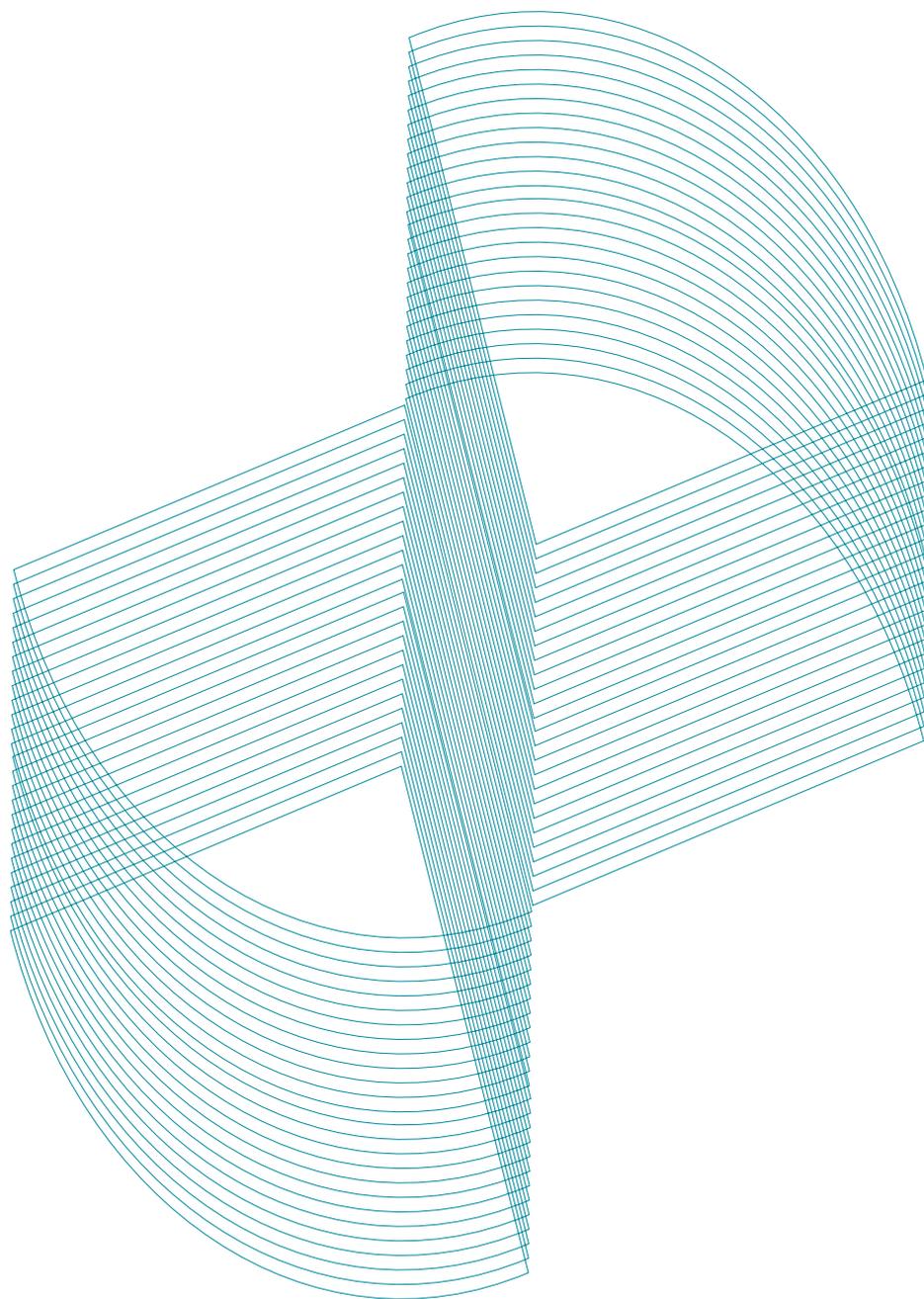
1. Continuar impulsionando a construção e consolidação de novas e inovadoras estruturas do Estado e da sua organização, a fim de obter uma administração pública cada vez mais efetiva, eficiente, participativa e democrática nos países ibero-americanos.
2. Continuar a promover, a partir do Estado, através de políticas turísticas, a integração e aprofundamento do diálogo fraterno e a cooperação na Comunidade Ibero-Americana.
3. Fortalecer, a partir do Estado, políticas públicas em matéria de turismo, que contribuam com o desenvolvimento social, cultural, econômico e político das nações, fazendo especial ênfase na proteção do ambiente e dos nossos recursos turísticos, históricos, culturais e naturais, construindo um turismo consciente e inclusivo, que propicie o crescimento integral dos seres humanos com sua prática e desenvolvimento.
4. Promover o investimento em formação e treinamento dos recursos humanos do setor turístico.

5. Continuar apoiando a difusão do Código Ético Mundial para o Turismo da Organização Mundial de Turismo (OMT), no que se refere à proteção das crianças e adolescentes, e à liberdade de deslocação turística, opondo-se a toda ação que a contraponha na região.
6. Fomentar políticas públicas que se traduzam em ações que promovam o diálogo, o investimento, e a cooperação contínua entre o setor público e o setor privado.
7. Impulsionar e dar prioridade aos programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas turísticas, dentro das políticas e planos que sejam desenvolvidos pelos Estados de Ibero-América, incluindo o Programa Ibero-americano de Cooperação “IberPymes”.
8. Registrar a proposta apresentada pela Espanha, referida à criação de uma Rede Ibero-Americana de Formação em Turismo, dando seguimento ao acordado pelos Ministros de Turismo reunidos na X Conferência de Ministros realizada em Córdoba, Argentina, e criar um grupo de trabalho, integrado por Espanha, Argentina e Brasil, que elaborará uma análise a ser considerada pelos Ministros na próxima reunião que vai ser feita na Espanha em 2012.
9. Submeter à consideração das e dos Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos que:
 - a. No processo de transformação e fortalecimento do Estado, seja incluída uma política turística transversal como um elemento chave na formulação de políticas públicas a nível nacional e Ibero-Americano.
 - b. Que se continue impulsionando o desenvolvimento do setor turístico como ferramenta de inclusão social e de fomento do desenvolvimento socioeconômico
10. Expressar seu reconhecimento ao Governo da República do Paraguai e à sua Secretaria Nacional de Turismo, pela excelente organização deste encontro.

As Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Turismo da Ibero-América subscrevem a presente declaração em suas versões em português e em espanhol, ambas igualmente válidas, na cidade de Assunção, República do Paraguai, no dia 18 de maio de 2011.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Calendário Geral de Reuniões da Conferência Ibero-Americana 2011



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Calendário Geral de Reuniões da Conferência Ibero-Americana 2011

Reunião	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Reunião do Comitê Intergovernamental Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	SEGIB	MAR	16-17	Cartagena Ind.	Colômbia
Reunião informal de Responsáveis de Cooperação	SPT/SEGIB	MAR	18	Cartagena Ind.	Colômbia
I Reunião TROIKA	SPT	MAR	22-23	Assunção	Paraguai
Jornada de Cooperação Ibero-Americana	SPT	ABR	26	Assunção	Paraguai
XI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo	SENATUR/SPT	MAI	18	Assunção	Paraguai
III Conferência Ibero-Americana de Gênero	SMPR/SPT	JUN	8-9	Assunção	Paraguai
XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde	MSP e BS/SPT	JUN	10	Assunção	Paraguai
Seminário de reflexão geral sobre Transformação do Estado e Desenvolvimento	SEGIB	JUN	15	Assunção	Paraguai
II Reunião TROIKA	SPT	JUN	16	Assunção	Paraguai
I Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	JUN	16-17	Assunção	Paraguai
XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado	SFP/SPT	JUN/JUL	30-1	Assunção	Paraguai
XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura	SNC/SPT	AGO	2	Assunção	Paraguai
Associação de Acadêmias Diplomáticas Ibero-Americanas	SPT/MRE-ADC	SET	5-6	Assunção	Paraguai
Café da manhã de trabalho da TROIKA	SPT/SEGIB	SET	8	Madri	Espanha
Reunião Extraordinária de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT/SEGIB	SET	8-9	Madri	Espanha

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Fóruns e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

Reuniões vinculadas ao tema da XX Cimeira

Reuniões Programas de Cooperação

Reunião	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	SPT/MRE-DA	SET	12-13	Assunção	Paraguai
Almoço de trabalho dos Chanceleres (Reunião Troika)	SEGIB	SET	22	Nova Iorque	Estados Unidos
XXI Conferência Ibero-Americana de Educação	MEC/SPT	SET	26	Assunção	Paraguai
VI Fórum de Governos Locais	SPT	SET	27-29	Assunção	Paraguai
Reunião Avançada da XXI Cimeira	SPT	SET	30	Assunção	Paraguai
I Encontro Inter-Religioso Ibero-americano	VMC/SPT	OUT	9-10	Assunção	Paraguai
VII Fórum Parlamentar	SPT/SEGIB	OUT	24-25	Assunção	Paraguai
I Edição do Programa Ibero-Americano de Alto Governo	CEPAL/FIIAPP/SPT/SEGIB	OUT	25-28	Assunção	Paraguai
II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT/SEGIB	OUT	26-27	Assunção	Paraguai
VII Encontro Empresarial	SPT/SEGIB	OUT	27-28	Assunção	Paraguai
VII Encontro Cívico	SPT/SEGIB	OUT	27-28	Assunção	Paraguai
Reunião de Ministros das Relações Exteriores (pela manhã)	SPT	OUT	28	Assunção	Paraguai
XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	SPT	OUT	28-29	Assunção	Paraguai

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Fóruns e Encontros

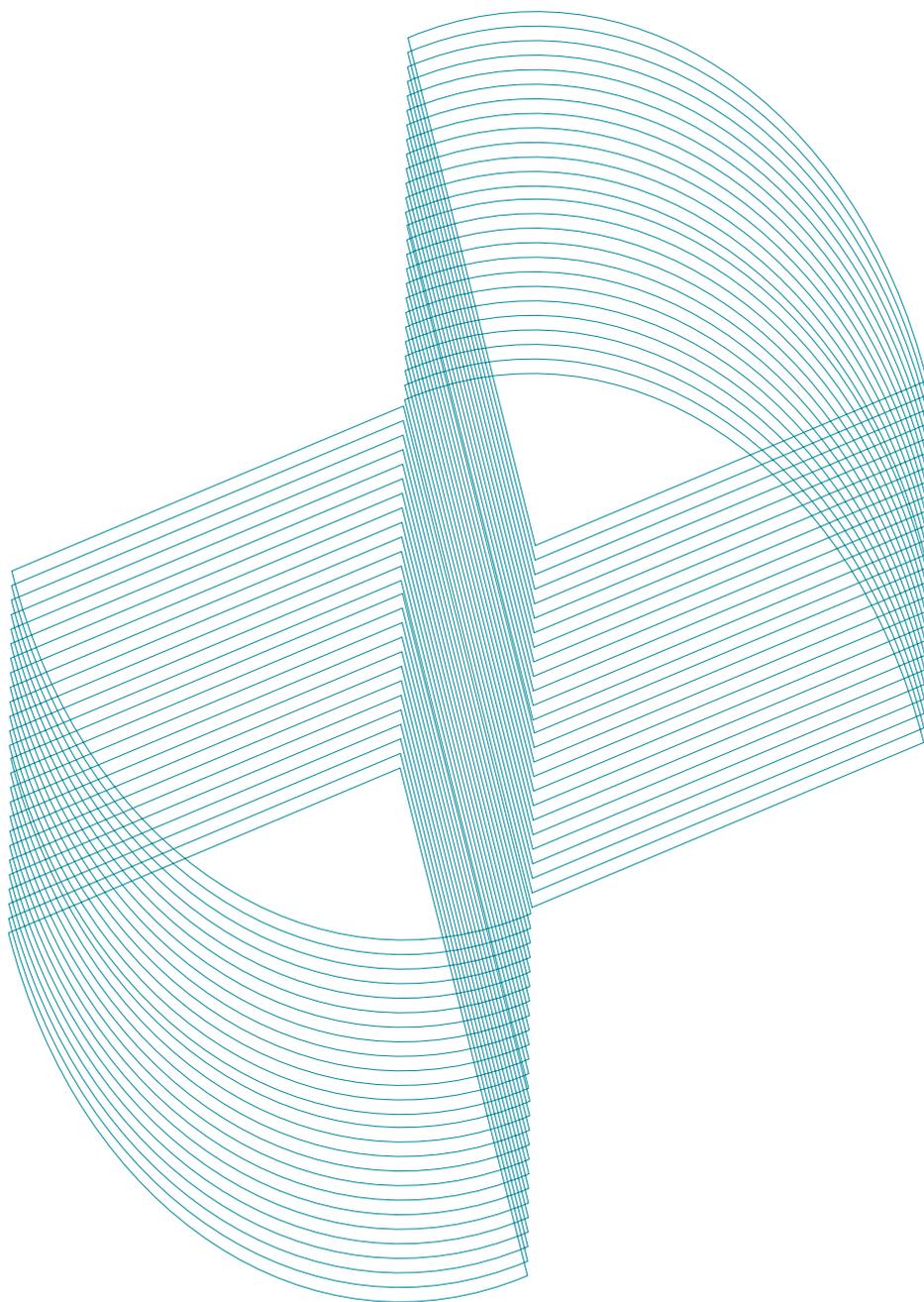
Reuniões Ministeriais Setoriais

Reuniões vinculadas ao tema da XX Cimeira

Reuniões Programas de Cooperação

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Assistência às Reuniões Ministeriais



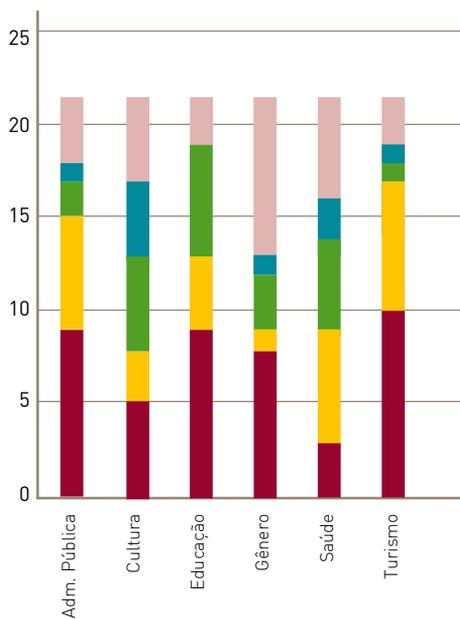
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Assistência às Reuniões Ministeriais

XXI Cimeira Ibero-americana, Assunção, Paraguai

Análise comparativa

Reunião	Ministros	Vice Ministros	Altos Funcionários	Diplomatas Locais	Ausências	Países assistentes
Administração Pública	9	6	2	1	4	18
Cultura	5	3	5	4	5	17
Educação	9	4	6	0	3	19
Gênero	8	1	3	1	9	13
Saúde	3	6	5	2	6	16
Turismo	10	7	1	1	3	19



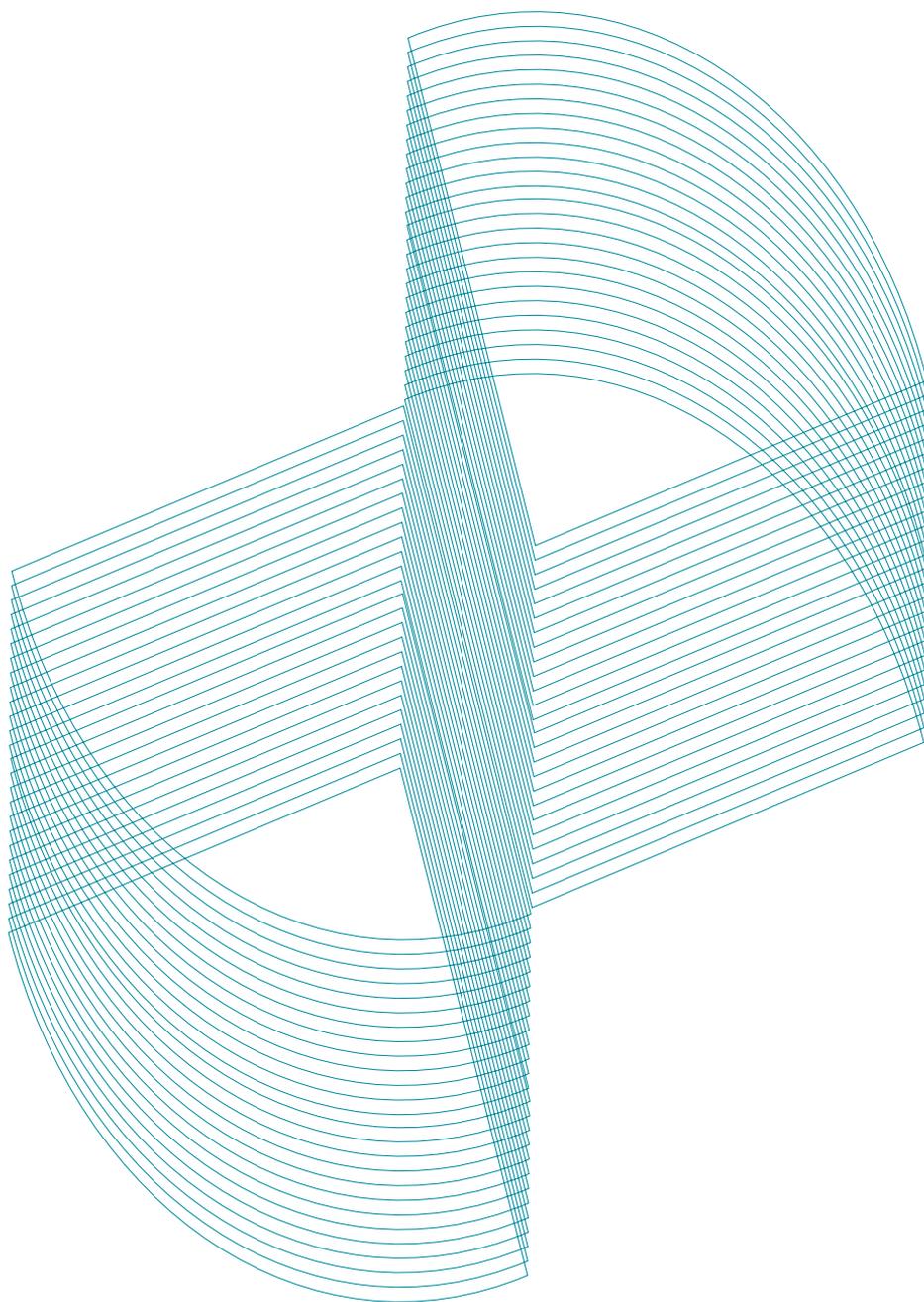


Notas ao quadro estatístico de assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se em um delegado por país (o chefe da delegação). Não se levou em conta o número de membros de cada delegação.
2. Somente se consideraram as reuniões setoriais de carácter ministerial, não as técnicas nem as preparatórias.
3. O nível de participação está condicionado pelas diferenças de composição das carteiras ministeriais entre os 22 países. Em decorrência, reuniões como as de Habitação ou Turismo, reflectem baixa participação de Ministros, já que nem todos os países contam com essas carteiras ministeriais, ainda que hão participado muitos dos mais altos responsáveis pela matéria.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais
da XI à XX Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011*



Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO		IV Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Santo Domingo, junho)	V Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Sta. Cruz de la Sierra, junho)	VI Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São José, julho)	VII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Madri, junho)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Montevideú, junho)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, maio-junho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São Salvador, junho)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Lisboa, junho)	XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (B. Aires, julho)	XIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Asunção, junho-julho)
AGRICULTURA		“VI Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura	VII Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura (Tarija, setembro)		VIII Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura (Santiago de Compostela, setembro)			IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura (Salinitas, Chile, setembro)		X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura (Mar del Plata, junho)	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IX Conferência Científica do Programa CYTED (México DF, México, dezembro)	X Conferência do Programa CYTED (Santo Domingo, junho)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-americana das Nações (Madri, Espanha, setembro)	A Reunião Científica deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-americanos da Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cimeira de São José							

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
COMUNICAÇÕES		"							I Conferência Ibero-americana de Ministros das Comunicações (Estoril, julho)		
CULTURA	V Conferência Ibero-americana de Cultura (Lima, novembro)	VI Conferência Ibero-americana de Cultura (Santo Domingo, outubro)	VII Conferência Ibero-americana (Cochabamba, outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VIII Conferência Ibero-americana de Cultura (Córdoba, junho)	IX Conferência Ibero-americana de Cultura (Montevideú, julho)	X Conferência Ibero-americana de Cultura (Valparaíso, julho)	XI Conferência Ibero-americana de Cultura (São Salvador, maio)	XII Conferência Ibero-americana de Cultura (Lisboa, abril)	XIII Conferência Ibero-americana de Cultura (B. Aires, setembro)	XIV Conferência Ibero-americana de Cultura (Assunção, agosto)
ECONOMIA E FAZENDA	IV Reunião Ibero-americana de Ministros da Economia e das Finanças (Lima, novembro)		V Reunião Ibero-americana de Ministros da Economia e da Fazenda (Santa Cruz de la Sierra, novembro)								
EDUCAÇÃO	XI Conferência Ibero-americana da Educação (Valencia, Espanha, março)	XII Conferência Ibero-americana da Educação (Santo Domingo, outubro)	XIII Conferência Ibero-americana da Educação (Tarija, julho)	XIV Conferência Ibero-americana da Educação (São José, outubro)	XV Conferência Ibero-americana da Educação (Toledo, julho)	XVI Conferência Ibero-americana da Educação (Montevideú, julho)	XVII Conferência Ibero-americana da Educação (Valparaíso, julho)	XVIII Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros da Educação (Salinitas, Chile, maio)	XIX Conferência Ibero-americana da Educação (Lisboa, abril)	XX Conferência Ibero-americana da Educação (B. Aires, junho)	XXI Conferência Ibero-americana da Educação (Assunção, setembro)

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
ENERGIA						I Reunião Ministerial Ibero-america- na de Energia (Montevidéu, setembro)					
FINANÇAS									Reunião Ex- traordinária de Ministros Ibe- roamericanos de Finanças (Porto, março)		
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	III Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Adolescência (Lima, outubro)	IV Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Adolescência (Santo Domin- go, outubro)	V Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	VI Conferência Ibero-america- na de Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Ado- lescência (São José, outubro)	VII Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Respon- sáveis da Infân- cia e Adoles- cência (León, setembro)	VIII Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Adolescência (Montevidéu, outubro)	IX Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Pucón, maio)	X Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e da Adolescência (São Salvador, junho)	XI Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Adolescência (Lisboa, junho)	XII Conferência Ibero-america- na de Ministras, Ministros e Altos Res- ponsáveis da Infância e Ado- lescência (B. Aires, junho)	
INOVAÇÃO E CONHECIMENTO									I Reunião Interministerial Ibero-america- na de Inovação e Conheci- mento (Estoril, novembro)		

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
JUSTIÇA				XIV Conferência Ibero-americana de Ministros da Justiça (Fortaleza, Brasil, maio/junho)		XV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (Las Palmas, Espanha, setembro)		XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (São José, Costa Rica, setembro)		XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (México DF, México, outubro)	
JUVENTUDE		XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude, (Salamanca, Espanha, outubro)		XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude (México, México, novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-americana de Ministros da Juventude (Badajoz, Espanha, outubro)	XIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude (Havana, Cuba, outubro)		XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude (Santiago, Chile, janeiro 2009)		XV Conferência Ibero-americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude (Santo Domingo, Rep. Dominicana, dezembro)	
MEIO AMBIENTE	I Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (La Toja, Espanha, setembro)	II Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Bávaro, julho)	III Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, outubro)	IV Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, outubro)	V Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, setembro)	VI Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, El Salvador, junho)	VIII Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Assunção, Paraguai, setembro)	IX Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Santiago, Chile, setembro)		

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
POLÍTICAS DA MULHER (GÊNERO)							I Conferência Ibero-americana de Gênero (Santiago, outubro)	II Conferência Ibero-americana de Gênero (São Salvador, junho)			III Conferência Ibero-americana de Gênero (Assunção, junho)
PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES	VI Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Lisboa, Portugal, setembro)	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Panamá, setembro)		IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (México, México, setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Cartagena, Colômbia, outubro)	XI Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, Costa Rica, agosto)	XII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Montevideú, Uruguai, outubro)		XIII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Lisboa, Portugal, outubro)	
SAÚDE	III Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Havana, Cuba, outubro)	IV Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (La Romana, novembro)	V Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Cochabamba, Bolívia, novembro)	VI Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (São José, Costa Rica, outubro)	VII Conferência de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Granada, setembro)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras da Saúde (Colônia de Sacramento, outubro)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras da Saúde (Iquique, julho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (São Salvador, julho)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (Évora, junho)	XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (B. Aires, junho)	XIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (Luque, Paraguay)

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

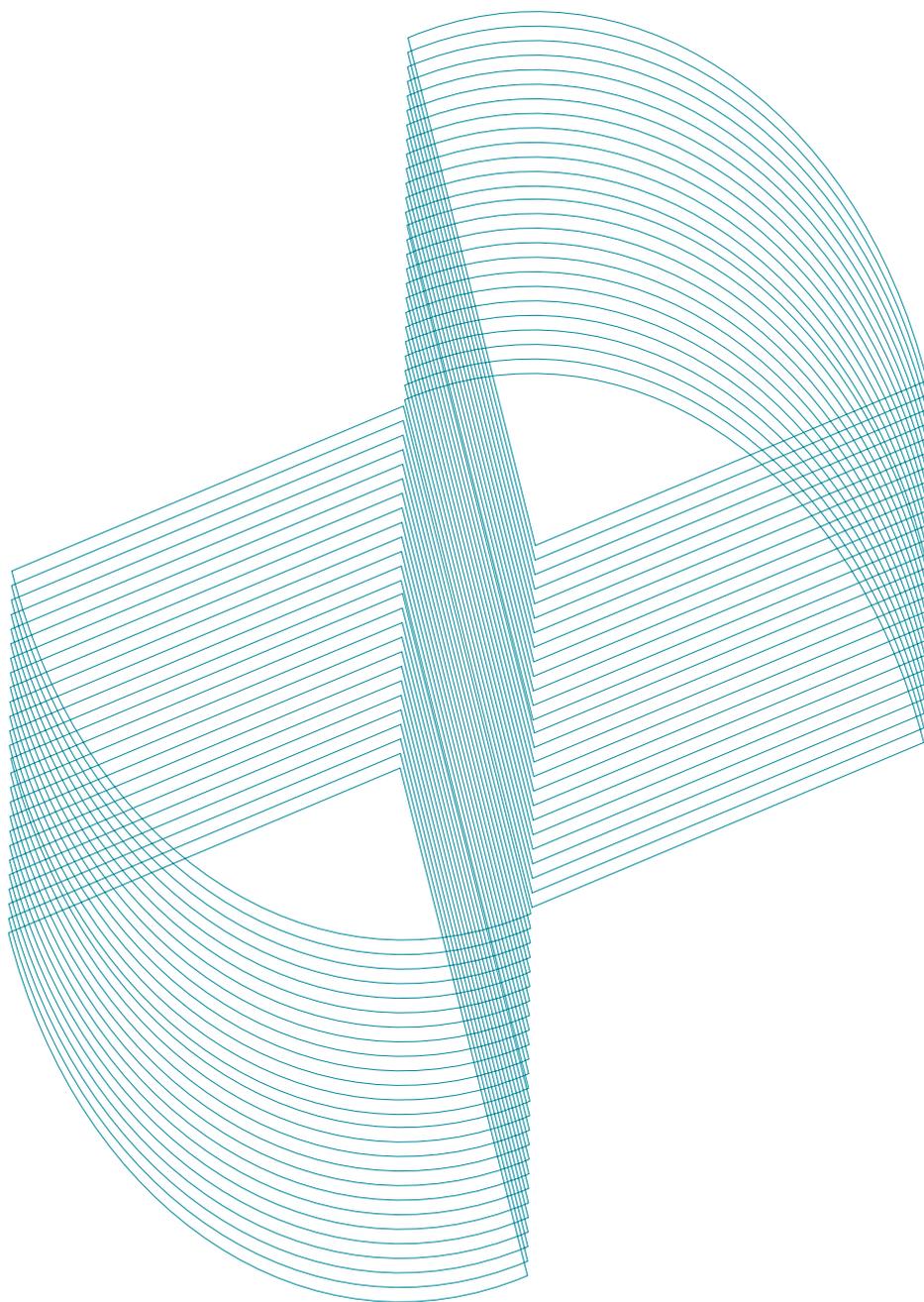
	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
SEGURANÇA SOCIAL		III Conferência Ibero-americana de Segurança Social (Valencia, Espanha, maio)	IV Conferência Ibero-americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, outubro)		V Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Segóvia, setembro)		VI Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Iquique, julho)		VII Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Lisboa, Portugal, setembro)		
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	I Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Madri, Espanha, setembro)	II Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Sevilla, Espanha, abril)	III Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Alicante, Espanha, novembro)								
TRABALHO								I Foro Ibero-americano de Ministros do Trabalho (Salinitas, Chile, setembro)		II Foro Ibero-americano de Ministros do Trabalho (B. Aires, outubro)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XXI Cimeira Ibero-Americana desde 2001 a 2011

	2001 XI Cimeira (Peru)	2002 XII Cimeira (República Dominicana)	2003 XIII Cimeira (Bolívia)	2004 XIV Cimeira (Costa Rica)	2005 XV Cimeira (Espanha)	2006 XVI Cimeira (Uruguai)	2007 XVII Cimeira (Chile)	2008 XVIII Cimeira (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cimeira (Argentina)	2011 XX I Cimeira (Paraguai)
TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURAS					VI Encontro de Ministros do Transportes e Infra-Estruturas da Ibero-América (Málaga, setembro)			VII Conferência Ibero-americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura (São Salvador, setembro)			
TURISMO	I Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Cuzco, setembro)	II Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Bávaro, setembro)	III Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	IV Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (São José, outubro)	V Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Zamora, setembro)	VI Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Colônia do Sacramento, setembro)	VII Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Buque Aquiles, Puerto Montt-Laguna, San Rafael, set-out)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Salinitas, Chile, julho)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Estoril, julho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Córdoba, setembro)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Assunção, maio)
HABITAÇÃO E URBANISMO	VI Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Caracas, Venezuela, outubro)	VII Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Santo Domingo, outubro)	VIII Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (La Paz, novembro)	IX Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (São José, outubro)	X Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Guadalupe, setembro)	XI Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevidéo, setembro)	XII Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevidéo, Uruguai, setembro)	XIII Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Salinitas, Chile, setembro)		XIV Foro Ibero-americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (B. Aires, setembro)	

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Quadro Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2011

Quadro Conferência Ibero-Americana

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

	(*)
Educação	(21)
Justiça	(17)
Juventude	(14)
Habituação e Desenvolvimento Urbano	(14)
Presidência	(13)
Cultura	(14)
Administração Pública	(13)
Infância e Adolescência	(12)
Saúde	(13)
Agricultura	(10)
Gênero	(3)
Turismo	(11)
Meio Ambiente	(9)
Transporte e Infra-Estrutura	(7)
Segurança Social	(7)
Economia e Fazenda	(5)
Sociedade da Informação	(3)
Ciência e Tecnologia	(3)
Desenvolvimento Social	(1)
Energia	(1)
Trabalho	(2)
Inovação e Conhecimento	(1)
Finanças	(1)
Comunicações	(1)

(*) Número de reuniões realizadas

CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REUNIÕES DE COORDENADORES NACIONAIS E DE RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO

SECRETARIA
PRO-TEMPORE

SECRETARIA-GERAL
IBERO-AMERICANA

PROGRAMAS CIMEIRA (23)

BANCOS DE LEITE HUMANO
CYTED (CIÊNCIA E TECNOLOGIA)
FORMAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
IBERARQUIVOS
IBERBIBLIOTECA (PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS)
IBERCENA (ARTES CÊNICAS)
IBERGOP (ESCOLA IBERO-AMERICANA DE GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS)
IBERMEDIA (CINEMA)
IBERMUSEUS
IBERMÚSICAS
IBERPEME (PEQUENA E MEDIANA EMPRESA)
IBERORQUESTRAS JUVENIS
IBER-ROTAS
MOBILIDADE ACADÊMICA- BOLSAS PABLO NERUDA
PIA (PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO)
PROGRAMA IBERO-AMERICANO SOBRE A SITUAÇÃO DOS ADULTOS MAIORES
PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE ACESSO À JUSTIÇA
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL
PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE INOVAÇÃO
PROGRAMA IBERO-AMERICANO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
RADI (ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS)
TEIB (TELEVISÃO EDUCATIVA)
INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS (1)
RECUPERAÇÃO DE SABERES ANCESTRAIS PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
PROJETOS ADSCRITOS (6)
CIDEU
IBERQUALITAS
IBERVIRTUAL
JÓVENS POR UMA IBERO-AMÉRICA SEM POBREZA
UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS
VIRTUAL EDUCA



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

